



ENCONTRO DE JOVENS INVESTIGADORES DE HISTÓRIA MODERNA 2019



Comissão Organizadora:

Ana Teresa Hilário (CHAM)

André Filipe Neto (CHAM)

Andreia Fontenete Louro (NOVA FCSH)

Sara Bravo Ceia (CHAM | CEHR)

EJIHM VI ENCONTRO INTERNACIONAL DE JOVENS INVESTIGADORES DE HISTÓRIA MODERNA

Sixth International Meeting of Young Researchers of
Modern History

Apoios:



5-7 JUNHO 2019

NOVA FCSH

Avenida de Berna, 26-C, 1069-061 Lisboa

Contacto | Contact: vejihm2019@gmail.com

DIA 5

.....
CIDADE
.....

Catarina Sofia Delgado Parreira
NOVA FCSH
catarinaparreira@live.com.pt

Miguel Martins de Sousa
NOVA FCSH
miguelmsousa1996@gmail.com

ARQUEOLOGIA CONVENTUAL EM PORTUGAL: CONTRIBUTO PARA A INVESTIGAÇÃO DA IDADE MODERNA

Nos últimos anos a investigação arqueológica moderna tem-se familiarizado cada vez mais com a temática relativa aos espaços conventuais. Todavia, será que o estado do conhecimento referente às vivências em meios monásticos mudou graças aos sistemáticos estudos desenvolvidos nesta área de especialização da Arqueologia?

É certo que a Arqueologia Conventual, através do cruzamento de dados arqueológicos e históricos e do estudo em continuidade de diversos conjuntos de elementos, consegue trazer novas informações sobre as práticas do quotidiano das comunidades inseridas em espaços conventuais. Porém, esta temática não se restringe somente a analisar novas informações sobre a vida, incluindo de igual modo nos seus estudos informações sobre a morte e inevitavelmente sobre a espiritualidade penitenciada (ou não) nestes espaços que seriam idealmente localizados fora do mundo urbano, visto pela comunidade religiosa coeva como profano, dado que os cenóbios consistiam em estruturas praticamente independentes com economias e necrópoles próprias que com o passar da modernidade acabam, muitas vezes nas grandes cidades e vilas, aglutinados na malha urbana.

Assim, procura-se compreender, em primeiro lugar, em que aspectos se centram os trabalhos desenvolvidos no âmbito da Arqueologia Conventual, tendo-se assistido na presente década a um aumento exponencial do número de produção científica por todo o país, analisando deste modo as metodologias aplicadas, as problemáticas defendidas e principalmente quais os contributos destas na construção de uma identidade fidedigna dos habitantes de cenóbios religiosos, em particular no Convento de Jesus de Setúbal, no

Convento de Santana de Lisboa, no Convento de Nossa Senhora de *Aracoeli* (Alcácer do Sal), no Convento de Nossa Senhora da Arrábida (Setúbal), no Mosteiro de Santa Clara-a-Velha (Coimbra) e no Mosteiro de São Vicente de Fora (Lisboa). Em simultâneo, pretende-se comparar os dados apurados através da análise bibliográfica destes sítios com outros de investigadores de diferentes nacionalidades, na tentativa de apurar o estado da Arqueologia Conventual em Portugal, apontando factores em que a investigação nacional seja inovadora ou retrógrada. Em suma, procura-se apresentar uma síntese clara da forma como se tem tratado este assunto, formulando hipóteses de como se poderá aprofundar o estudo desta temática no futuro.

NOTA BIOGRÁFICA

CATARINA SOFIA DELGADO PARREIRA

Actualmente a desenvolver dissertação de Mestrado, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, com respeito às faianças portuguesas e vivências conventuais do Convento de Nossa Senhora de *Aracoeli* em Alcácer do Sal, nesta mesma instituição terminou a Licenciatura em Arqueologia, com *minor* em História (2014-2017). Encontra-se ainda a desenvolver estudo sobre cerâmicas esmaltadas a branco provenientes das escavações arqueológicas realizadas no antigo Convento de Santana de Lisboa.

Apresenta ainda experiência prática adquirida em trabalhos de escavação arqueológica e laboratório de diversas cronologias e em distintos sítios arqueológicos entre Portugal e Espanha, encontra-se de momento ao serviço da empresa de Arqueologia e Salvaguarda do Património Cota 80.86.

MIGUEL MARTINS DE SOUSA

Licenciado em Arqueologia, com *minor* em História, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (2014-2017), é actualmente na mesma instituição onde frequenta o segundo ano do Mestrado em Arqueologia e desenvolve dissertação relativamente às evidências dos estados alterados de consciência no registo arqueológico da Idade Moderna em Portugal.

Durante os últimos anos tem colaborado sistematicamente em diversos trabalhos arqueológicos inseridos num vasto leque de períodos cronológicos, nomeadamente a modernidade, em distintos sítios arqueológicos entre Portugal, Espanha e os Emirados Árabes Unidos, encontrando-se neste âmbito a desenvolver estudo sobre cerâmicas esmaltadas a branco provenientes das escavações arqueológicas realizadas no antigo Convento de Santana de Lisboa.

Luís Henriques

CESEM/Universidade de Évora

luiscfhenriques@gmail.com

<http://luiscfhenriques.wordpress.com>

A EVOLUÇÃO DOS CARGOS MUSICAIS NA CATEDRAL DE ANGRA DURANTE O SÉCULO XVI

O ano de 1534 foi decisivo para a história dos Açores e, em particular, para a ilha Terceira uma vez que nesse ano a vila de Angra foi elevada a cidade e, a 3 de novembro, o Papa Paulo III elevava Angra a sede de bispado através da bula *Aequum reputamus*. A partir destes acontecimentos, aliados ao estabelecimento algum tempo antes em Angra da Provedoria das Armadas, para fornecimento dos navios da chamada Carreira da Índia, a Pero Anes do Canto, percebe-se facilmente a importância desta urbe açoriana enquanto centro dinâmico, não só em termos comerciais, mas também culturais. É assente nesta base de prosperidade económica enquanto geradora de práticas artísticas que o presente estudo pretende percorrer a cidade terceirense apresentando uma perspetiva da sua paisagem sonora sacra quinhentista. A atividade das estruturas eclesiais da nova Catedral (cuja primeira pedra do atual edifício foi lançada a 18 de novembro de 1570) contribui como principal fonte documental para o que se conhece sobre Angra enquanto centro musical e o presente estudo pretende analisar a evolução dos cargos musicais afetos à sua Catedral, nomeadamente o de mestre de capela e organista, tendo em conta a situação destes mesmos ofícios em locais catedrais continentais como por exemplo a de Évora e Lisboa, onde os mesmos atingiram um estatuto de prestígio à escala Ibérica e, até mesmo, Europeia.

NOTA BIOGRÁFICA

Doutorando em Música e Musicologia na Universidade de Évora, é Mestre em Ciências Musicais pela FCSH da Universidade Nova de Lisboa e Licenciado em Musicologia pela Universidade de Évora. É colaborador do CESEM - Pólo Universidade de Évora e o Movimento Patrimonial pela Música Portuguesa sendo também consultor para o atelier de conservação e restauro acroARTE da ilha de S. Jorge. De 2011 a 2012 realizou o catálogo do fundo musical do Arquivo Capitular da Sé de Angra e entre 2014 e 2015 foi bolseiro no

projeto "Orfeus - A reforma tridentina e a música no silêncio claustral: O Mosteiro de S. Bento de Cástris". Em 2012 fundou o Ensemble da Sé de Angra e, em 2013, o Ensemble Eborensis, grupo dedicado à polifonia vocal de Évora, tendo realizado concertos em Portugal e França e com quem gravou um CD no âmbito do projeto Orfeus. O seu trabalho tem-se concentrado na polifonia vocal sacra portuguesa dos séculos XVI e XVII, sobretudo aquela associada à cidade de Évora, e a música no arquipélago dos Açores desde o povoamento ao início do século XX.

María del Castillo García Romero
Universidad de Sevilla
mgarcia137@us.es

DEL PATRIMONIO INDUSTRIAL Y LA METAMORFOSIS DE LA CIUDAD HISTÓRICA

La investigación y gestión del patrimonio industrial ha sido durante largo tiempo la asignatura pendiente para con nuestro patrimonio cultural. En las últimas décadas, la implementación de este tipo de estudios y actuaciones sobre los elementos que conforman el sustrato material de un modelo económico asociado al aprovechamiento y explotación del territorio, ha posibilitado observar el espacio bajo otro prisma, y proponer una nueva visión sobre la ciudad, en el caso del patrimonio industrial presente en el ámbito urbano.

En este sentido, el objetivo de nuestra ponencia será aproximarnos a la ciudad con la mirada puesta en los procesos de transformación asociados a lo que hemos querido denominar el “estrato industrial”: una capa, esencialmente asociada al siglo XVIII, que históricamente se ha asentado sobre el territorio, dejando su huella material en distintas etapas posteriores, ejemplificada esta tanto en procesos constructivos como de destrucción de elementos precedentes. Esto generó una nueva imagen de ciudad durante la Edad Moderna, a través del cambio de función de algunos de sus espacios orientados a la nueva actividad, y a su vez, una nueva identidad vinculada a los nuevos elementos culturales que se superponen con la reconversión de esta en “ciudad industrial”.

Para ejemplificar esta y otras cuestiones, abordaremos un concreto estudio de caso. Se trata de la ciudad de Lebrija (Sevilla, España), importante enclave histórico para industrias tradicionales como la oleícola y vitivinícola, aspecto en el que nos centraremos, poniendo de manifiesto la incidencia del patrimonio aceitero y bodeguero en la transformación de la ciudad en este período, sin perder de vista el reto ante el cual nos encontramos en la gestión de la ciudad histórica desde la contemporaneidad.

NOTA BIOGRÁFICA

Contratada FPU-MECD en el Departamento de Historia del Arte de la Universidad de Sevilla (US), donde ejerce como docente y desarrolla su Tesis Doctoral. Asimismo, es miembro del Grupo de Investigación HUM 726: Ciudad, Imagen y Patrimonio, del Plan Andaluz de Investigación y la Universidad de Cádiz (UCA).

Su investigación se ha centrado en una serie de líneas relacionadas con el estudio del patrimonio histórico-artístico circunscrito a contextos locales desde diversas perspectivas, la gestión de bienes culturales, el turismo cultural, y las relaciones entre arquitectura-ciudad y arte-género, presentándose por medio de conferencias, ponencias y comunicaciones resultados parciales en más de treinta foros de difusión científica tanto nacionales como internacionales. Del mismo modo, más de una treintena de publicaciones, tratándose tanto de artículos en revistas científicas, como aportaciones a congresos en sus correspondientes libros de actas, artículos en plataformas de divulgación y otros formatos.

Ha realizado estancias de investigación predoctorales en el Centro de Documentación y Estudios del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico (IAPH), así como en la Facultad de Filosofía y Letras de la UCA. Igualmente, ha participado como investigadora en distintos proyectos, como evaluadora externa en diversas revistas científicas tanto españolas como iberoamericanas, así como ha coordinado diferentes cursos y jornadas académicas centradas en múltiples aspectos sobre la Ciudad y el Patrimonio en las Universidades de Cádiz y Sevilla.

Asimismo, ha recibido diversos galardones como el Premio Extraordinario Fin de Carrera de la UCA en su promoción, el Premio Grupo Joly de Emprendimiento Social por la idea de empresa "Patrimonio Compartido", en el marco de los Premios atrÉBT 2016: Ideas y proyectos de empresa de base humanística y tecnológica, de la misma institución, así como la Mención honorífica por su línea de investigación de posgrado en el Premio Joven a la Cultura Científica del Excmo. Ayto. de Sevilla en 2016.

André Bargão
FCT/CHAM NOVA-FCSH
andre bargao@gmail.com

Sara Ferreira
FCT/CHAM NOVA-FCSH
sara.isabel91@hotmail.com

Marta Dias
FL-Universidade do Porto
Arqueóloga Empatia Arqueologia, Lda.
mrt diax@gmail.com

O QUE RELATAM OS OBJECTOS? OS MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS ENQUANTO FONTE PARA O ESTUDO DA CIDADE DE LISBOA DA ÉPOCA MODERNA (SÉCULOS XVI-XVII)

Desde os primórdios da ocupação da cidade de Lisboa, que este território é considerado uma importante paragem comercial, permanentemente em contacto com variadas rotas e vias de comunicação. Em época moderna este aspecto adensa-se, transformando a cidade numa 'plataforma giratória de saberes'. Foi aqui que chegaram indivíduos provenientes de geografias remotas, onde aportaram embarcações, em paragem temporária ou em fim de circuito, com diversificadas mercadorias que fomentaram o interesse nestas novidades. Este cenário de buliço urbano e intelectual despertou a ânsia nos novos hábitos 'exóticos' de além fronteira que rapidamente se disseminaram pela cidade.

Provenientes da Europa, a Lisboa chegaram objectos cerâmicos variados. Dos Países Baixos e do Reno, as reconhecidas produções de grés ou os tão cobiçados cachimbos de caulino, paralelamente concebidos e exportados de Inglaterra. De Itália confluíam a Lisboa as coloridas produções de Majólica, onde as cores e o universo renascentista vigoravam em todo o seu esplendor. De Espanha, da Andaluzia a Valência, louça com temáticas decorativas e formas tendencialmente de ambiente muçulmano. Da Ásia, a valiosa

porcelana chinesa ou os grandes contentores cerâmicos destinados ao armazenamento de especiarias raras. De África, cerâmica comum e utilitária...

Contudo, simultaneamente à circulação destas importações, merece menção a produção lisboeta. Com inigualável expressão nos quotidianos, estes artefactos cerâmicos retêm em si forte significado, contendo elementos próprios que permitem a sua distinção, com ou sem revestimento vidrado, com ou sem inspiração italiana ou chinesa, mais ou menos coloridas, de quotidiano ou aparato.

É este universo objectual que melhor espelha os novos hábitos de época moderna impulsionados pela crescente comunicação com outras geografias: a utilização da cerâmica de uso individual, preocupação crescente na Europa quinhentista; o consumo de tabaco proveniente da América e tão apreciado nas vivências do Velho Mundo e que se traduz na vulgarização do cachimbo; o cacau de igual proveniência ou o café de origem africana e que rapidamente se dissemina globalmente, assistindo-se à criação de formas cerâmicas específicas. Acrescente-se o comércio açucareiro que trouxe novos, mas fortes, hábitos introduzidos nos quotidianos alimentares atestados pela existência de pequenos recipientes associados a este consumo.

Refira-se que os europeus não importaram somente os objectos: com eles veio o *know-how*, chegaram as gentes detentoras do conhecimento e da materialização deste sendo exemplo disso a presença de oleiros estrangeiros a laborar em olarias lisboetas.

Deste modo, o objecto exumado nas inúmeras intervenções arqueológicas em Lisboa não deve, nem pode, ser analisado enquanto elemento isolado, mas sim enquanto fonte para o estudo da História da Idade Moderna a par das fontes documentais históricas, não obstante as suas metodologias e problemáticas de abordagem próprias e científicas. São estas peças, desafortunadamente apartadas por investigadores, que persistem no tempo e que permanecem 'vivas' e tangíveis aos arqueólogos contemporâneos, frequentemente intocáveis desde o seu proprietário que pela última vez o manuseou.

A presente proposta pretende divulgar os objectos que a Lisboa afluíam mas, também, a análise das produções lisboetas, sugerindo-se a criação de *fácies* cerâmicos para a cidade e, para este fim, serão expostas peças provenientes de intervenções arqueológicas, nomeadamente da actual Praça da Figueira (extinto Hospital Real de Todos-os-Santos, 1492-1775) e as respectivas cerâmicas quinhentistas; da Rua dos Correeiros, contexto

formado no século XVII-XVIII e, por fim, uma intervenção no actual Mercado da Ribeira, conjunto resultante de aterros e com panóplia variada de artefactos do século XVIII pleno.

NOTA BIOGRÁFICA

ANDRÉ BARGÃO

Licenciado (2013) e Mestre em Arqueologia (2015), com tese na área da Arqueologia Moderna, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa (NOVA-FCSH). Desenvolve Doutoramento em História, especialização em Arqueologia na mesma instituição, com bolsa da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, com o tema “Hospital Real de Todos-os-Santos, Lisboa: Arqueologia e Arquitectura de um espaço assistencial de época moderna (séculos XV-XVIII)”.

É assistente de investigação do Centro de Humanidades (CHAM) desde 2015, integrando o grupo de investigação «Arqueologia Moderna e da Expansão Portuguesa».

Desde 2009 que participa em diversas intervenções arqueológicas de contexto de época moderna, nomeadamente: Almeida e Castelo Mendo (Guarda); Montemor-o-Novo (Évora); Alcacer-Ceguer e Safim (Marrocos).

No âmbito empresarial intervencionou uma dezena de contextos em Lisboa, integrando, dirigindo e co-dirigindo intervenções. Realiza e publica estudos de contextos e materiais arqueológicos de época moderna de diversos locais do país, especialmente Lisboa mas, igualmente, espanhóis (Ceuta) e marroquinos (Álcacer-Ceguer).

SARA FERREIRA

Licenciada (2012) e Mestre em Arqueologia (2015) com tese na área da Arqueologia Moderna, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa (NOVA-FCSH). Desenvolve Doutoramento em História, especialização em Arqueologia na mesma instituição, com bolsa da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, com o tema “Negócio da China: Comércio e Consumo de porcelana oriental em Lisboa (séculos XVI-

XVIII)”. É assistente de investigação do CHAM desde 2015, integrando o grupo de investigação «Arqueologia Moderna e da Expansão Portuguesa».

Actualmente é bolsista de investigação da Câmara Municipal de Lisboa (C.M.L.) e do Centro de Humanidades (CHAM), exercendo o seu trabalho na organização da colecção da Praça da Figueira (material cerâmicos) e inventariação de conjuntos cerâmicos de Idade Média e Moderna.

No decorrer do seu percurso académico realizou múltiplas escavações em todo o país, nomeadamente em Lisboa. Participou, igualmente, nas missões arqueológicas portuguesas do Norte de África (Marrocos e Ceuta). Em simultâneo, participa em reuniões científicas, com publicações referentes à cultura material medieval e moderna, nas áreas da Arqueologia da Expansão Portuguesa, Urbana e Militar.

MARTA DIAS

Licenciada em Arqueologia (2013) pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP).

Actualmente é Arqueóloga na empresa Empatia Arqueologia Lda., na qual é responsável pelo trabalho de laboratório, exercendo o processo associado pós-intervenção arqueológica, nomeadamente limpeza, inventariação, registo gráfico e acondicionamento de variados conjuntos materiais com distintas cronologias e proveniências.

No decorrer do seu percurso académico integrou e realizou múltiplas intervenções arqueológicas com vasta cronologia, por todo o país, onde se destaca a larga experiência em contextos medievais e modernos. Com carácter preventivo em Lisboa, participou ininterruptamente nas intervenções do Campo das Cebolas, Largo da Atafona e Poço do Borratém, entre outras.

António Fernando da Silva Ribeiro
Universidade do Minho
anribeiro30@gmail.com

UM ESTRANGEIRO NA CIDADE: VIDA E TESTAMENTO DE RENÉ DE GRENOBLE, DOADOR DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO PORTO

Este estudo pretende abordar o caso específico de René de Grenoble, um mercador francês residente no Porto, que ao morrer constituiu sua herdeira a Santa Casa da Misericórdia da cidade.

Num primeiro momento abordaremos os recursos descritos no seu testamento, em confronto com o inventário de bens elaborado após a sua morte, para sabermos a que atividades económicas se dedicou ao longo da vida, e vislumbrarmos um pouco daquilo que terá sido a sua inserção na cidade enquanto estrangeiro.

Num segundo momento, analisaremos o tipo e a quantidade de sufrágios por alma pedidos por este doador e a sua relação com os recursos transmitidos à confraria, seguindo a perspetiva de que um homem solteiro e sem filhos (embora se tenha apurado depois que tinha um filho natural) estava livre para dedicar a totalidade dos seus recursos à sua salvação eterna. Os sufrágios por alma constituíam um dos instrumentos mais importantes para mitigar os temores de cada um em relação à sua salvação, e operavam também a preservação da sua memória póstuma. Neste caso, constituíam uma forma de reafirmar a identidade católica do seu autor, numa época em que as rupturas religiosas entre protestantes e católicos causavam desconfianças acrescidas em relação a estrangeiros.

Dessa forma procuraremos saber em que medida o estatuto de estrangeiro se articula com a trajetória de vida e com o seu testamento de René de Grenoble, na tentativa de vislumbrar as suas estratégias de inserção num ambiente social que provavelmente lhe era estranho.

NOTA BIOGRÁFICA

António Ribeiro nasceu a 24 de Outubro de 1994 em Vila Nova de Famalicão. Ingressou na licenciatura em História na Universidade do Minho, seguindo no final desta para o mestrado em investigação na mesma área, estando neste momento a concluir a dissertação, que tem como objeto de estudo o caso de um mercador estrangeiro, residente no Porto no século XVII. São foco deste estudo as relações comerciais que são mantidas com a capital e também com o Brasil.

Álvaro Casillas Pérez
Universidad de Alcalá
Università degli Studi di Genova
alvaro.casillas@edu.uah.es

ESPÍAS EN CONSTANTINOPLA: LA “CONJURA DE LOS RENEGADOS” Y SU CONEXIÓN CON LA REPÚBLICA DE GÉNOVA (1562-1571)

En los últimos años, las investigaciones sobre espionaje hispánico en Levante han producido notables estudios que han reflexionado desde la veracidad y usos de la información secreta hasta sobre sus autores y los espacios donde desarrollaron su labor. El conflicto entre el Imperio Otomano y la Monarquía Hispánica hizo necesario desplegar potentes servicios de espionaje con los que conocer los movimientos del adversario para poder actuar en consecuencia. Para ello fue clave la configuración de redes integradas por multitud de individuos de diversa procedencia social, política e incluso religiosa que operaron entre dos mundos culturalmente diferenciados.

Por regla general, durante el reinado de Carlos V y los primeros años del de Felipe II, los espías al servicio de la Monarquía Hispánica en Levante habían enviado sus noticias - sus avisos - desde el propio territorio otomano o desde lugares cercanos (como Quíos o Corfú), pero no desde la propia Constantinopla, centro neurálgico del imperio. El *desastre de los Gelves* (1560) supuso un replanteamiento de los servicios de información del rey Prudente en Levante, y la aparición de una oportunidad de oro.

La derrota cristiana tuvo como una de sus más graves consecuencias el cautiverio de un gran número de súbditos de Felipe II, incluidos personalidades de primer orden como Álvaro de Sande, Berenguer de Requesens, Juan de Cardona o Sancho de Leyva. Su rescate vino a movilizar a multitud de personajes - diplomáticos, pero también mercaderes y personas de dudosa lealtad, arquetipos de la frontera mediterránea. Uno de ellos fue Rodrigo Zapata, militar excautivo que realizó varios viajes al territorio otomano como rescatador de cautivos y que propuso a las autoridades hispánicas un sistema para la recolección y envío de información secreta, radicado en la propia Constantinopla.

Su muerte hizo que recogiera el testigo Giovanni Maria Renzo, mercader genovés, quien como enviado de Felipe II logró articular una red de espías en la capital otomana con la doble misión de obtener información sobre los proyectos militares del sultán; y de sabotearlos en la medida de sus capacidades. Si bien esta *conjura de renegados* no destacó especialmente por esta última acción, el rey Prudente recibió una notable cantidad de avisos sobre lo que ocurría en el Imperio Otomano y sobre las decisiones tomadas en la Sublime Puerta.

Sin embargo, Felipe II no fue el único en beneficiarse de las habilidades de estos espías. Los igualmente conocidos como los *occulti* no trabajaron en exclusividad para él sino también para otros poderes europeos y, en concreto, para la república de Génova. Menos estudiada por la historiografía sobre el tema, la ponencia desentrañará la conexión de los conjurados con Génova, con el doble fin de analizar el perfil de estos espías, y las estrategias comunicativas empleadas tanto por ellos para transmitir sus avisos; como por hispánicos y genoveses en el intercambio de información secreta. Para ilustrar este último punto se pondrá como ejemplo el sitio de Malta (1565) con el objetivo también de mostrar brevemente cuál fue el alcance de las informaciones enviadas por los *occulti* sobre los preparativos del asedio y su desarrollo.

NOTA BIOGRÁFICA

En la actualidad, soy doctorando en el departamento de Historia y Filosofía de la Universidad de Alcalá (Madrid, España) y en el Dipartimento di Antichità, Filosofia, Storia en la Università degli Studi di Genova (Italia). Mi investigación doctoral versa sobre la cuestión naval otomana vista a través de la información aportada por los espías y agentes de la Monarquía Hispánica en Levante durante la época de Solimán el Magnífico (1520-1566).

Mi área de investigación se centra en la historia cultural, social y política del Mediterráneo en el siglo XVI, así como en la historia digital. Además, estoy interesado en el impacto de las nuevas tecnologías en la educación y el uso de las TIC en la difusión del conocimiento histórico. Colaboro activamente como investigador en el Centro Europeo para la Difusión de las Ciencias Sociales (CEDCS), perteneciendo a su comité ejecutivo y administrando los contenidos del Archivo de la Frontera (www.archivodelafrontera.com) y de sus otras redes sociales (@FundacionCEDCS y <http://independent.academia.edu/CEDCS>).

Ana Martins

FL - Universidade de Coimbra

martins.ana17@gmail.com

CONTRIBUTOS PARA A HISTÓRIA DA GAFARIA DE COIMBRA ATRAVÉS DA CARACTERIZAÇÃO DOS SEUS DOENTES: O HOSPITAL DE S. LÁZARO DE 1684 A 1749

Fundado em data incerta nos inícios do século XIII, o Hospital de S. Lázaro tem vindo a ser estudado, nos últimos anos, pela doutoranda em História Medieval na FLUC, Ana Rita Rocha¹. Contudo, no que concerne à sua situação no período do Antigo Regime anterior a 1750², a instituição carece ainda de um estudo aprofundado. Com criação posterior ao reinado de Sancho I (que deixou em testamento uma quantia avultada para a sua edificação), essa instituição abriu as suas portas para servir todos os leprosos³ do reino, e ao longo dos seus quase seis séculos de funcionamento serviu a cidade de Coimbra e região.

Numa primeira abordagem à condição em que se encontrava entre finais do século XVII e 1750, propomo-nos analisar os únicos três volumes dos *Termos de Entradas de Doentes* existentes para esse período e respeitantes aos anos 1684-1706; 1721-1728 e 1729-1774 – ano a partir do qual o Hospital de S. Lázaro passa a integrar administrativamente, tal como outros hospitais da cidade, o grupo de Hospitais da Universidade de Coimbra. Pretendemos esclarecer as condições e processos de admissão dos doentes e traçar a sua tipologia até 1749 (uma vez que para 1750-74 o estudo já foi feito).

Procurar-se-á integrar e perceber o Hospital de S. Lázaro de Coimbra e os seus utentes no contexto urbano em que se insere, particularmente no universo institucional caritativo, mas também confrontar esta instituição com congéneres coevas e, por outro lado, com as

¹ Cf. *A INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS LEPROSOS - O Hospital de S. Lázaro de Coimbra nos séculos XIII a XV*, Coimbra, Tese de Mestrado apresentada à FLUC, 2011.

² Para 1750-1850, ver Maria Antónia Lopes, *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra, 1750-1850*, Coimbra/Viseu, CHSC/Palimage, 2000.

³ Embora as patologias dos doentes tenham sido posteriormente alargadas a outras doenças de pele.

práticas anteriores e posteriores desse mesmo hospital - exercício comparativo no espaço e no tempo que pode revelar-se particularmente esclarecedor.

NOTA BIOGRÁFICA

Ana Martins, licenciada em História pela Universidade de Évora, com um semestre de estudos na Universidade Autónoma de Madrid, é actualmente aluna no primeiro ano do Mestrado em História Moderna na Universidade de Coimbra. Os trabalhos que tem vindo a desenvolver enquadram-se, sobretudo, no universo da assistência em Portugal nos séculos XVI, XVII e XVIII. Em contexto de licenciatura, iniciou o estudo das relações institucionais entre a Misericórdia e o Arcebispado de Évora, e actualmente tem-se dedicado ao estudo das gafarias portuguesas no Antigo Regime, com especial enfoque no Hospital de S. Lázaro de Coimbra.

Ana Mafalda Lopes

PIUDHist-FCT/ICS-Universidade de Lisboa

anamafaldalopes@gmail.com

VIÚVAS CABEÇA-DE-CASAL NA CIDADE DO PORTO NOS SÉCULOS XVIII E XIX: OPÇÕES E FORMAS DE SOBREVIVÊNCIA

A presente comunicação pretende analisar o impacto da viuvez na vida das mulheres da cidade do Porto nos séculos XVIII e XIX. Durante muitos anos, a viuvez era vista como uma situação de grande vulnerabilidade para a mulher, provocada pela falta do marido e do seu salário. No entanto, alguns estudos têm mostrado que, sobretudo nos estratos intermédios ligados ao mundo do ofícios e dos negócios, as viúvas usaram o trabalho como forma de sobrevivência. Ficar viúva não significava a ausência de ganhos mas, pelo contrário, uma dependência na sua própria capacidade de trabalhar e de obter rendimentos. A decadência do nível de vida resultava, não da viuvez em si, mas sobretudo de uma situação precária iniciada ainda em vida do marido, ou por motivos de velhice ou doença, que as impossibilitava de trabalhar.

As viúvas conseguiram muitas vezes sustentar as suas famílias e minimizar a perda do marido, contribuindo para isso, além da capacidade para trabalhar, o acesso a uma herança igualitária, na qual eram meeiras dos bens comuns do casal; o acesso às ocupações que pertenciam aos seus maridos, sobretudo no caso da viúvas dos mestres de ofícios; a proteção jurídica, que as considerava frágeis e, por isso, merecedoras de pensões; e a existência de propriedades e de capital, que lhes permitiam arrendar as suas casas ou emprestar dinheiro. As solidariedades familiares e vicinais eram também importantes para colmatar a falta do marido na vida quotidiana. Ao mesmo tempo, eram as viúvas de estratos intermédios que estavam mais sujeitas a uma decadência económica, provocada pela falência de um negócio ou por dívidas do marido, ficando desse modo sujeitas à ajuda das instituições de caridade, que as viam como merecedoras de assistência.

O estudo da cidade do Porto é particularmente interessante, devido ao grande peso que a viuvez tinha na cidade. Importante porto de mar no período moderno, o Porto estava conectado pelo comércio marítimo de longa distância ao Império, de onde partiam

marinheiros, mercadores e soldados para o Brasil, deixando as suas mulheres “viúvas de vivos” ou “viúvas de facto”, que tinham, por sua vez, de gerir sozinhas a casa ou os negócios. Sabemos que no nosso período de análise havia uma média de 30% de viúvas ao óbito, havendo três vezes mais viúvas do que viúvos (10%), também pela tendência destes últimos de se voltarem a casar.

As fontes principais a utilizar são os *Livros de Lançamento da Décima sobre o Maneio e Agências e sobre as Casas*, através dos quais é possível rastrear as viúvas cabeça-de-casal e proprietárias, as suas ocupações, formas de coabitação e solidariedades familiares e vicinais; as *Contribuições Extraordinárias de 1808*, onde é possível conhecer as ocupações das viúvas; e os *Regimentos das Corporações de Ofícios*, para conhecermos as disposições relativas às viúvas dos mestres dos ofícios que, regra geral, podiam continuar o ofício se não voltassem a casar.

NOTA BIOGRÁFICA

Licenciada em História pela Universidade do Minho em 2014. Mestre em História pela Universidade do Minho em 2017, com a dissertação intitulada “Confortando reis e rainhas: as cartas consolatórias entre a política e o luto (séculos XV-XVI)”. É bolsista do Programa Interuniversitário de Doutoramento em História: Mudança e Continuidade num Mundo Global (PIUDHist), financiado pela FCT, com o projeto “Viúvas e Viuvez no Porto na Época Moderna (1668-1820)”, sob a orientação de Nuno Gonçalo Monteiro e Isabel dos Guimarães Sá. Durante o mestrado estudou rituais de luto e literatura consolatória. Participou duas vezes no Programa Erasmus, a primeira, durante a Licenciatura, na Universidade La Sapienza de Roma, e a segunda, durante o Mestrado, na Universidade Complutense de Madrid. O seu domínio de especialização é a História Moderna e as suas áreas de interesse são a história social e cultural, história das emoções, da família e de género. Tem um artigo publicado na revista *Medievalista* intitulado “O luto em Portugal: da corte à gente comum (séc. XV-XVI)”, e outro aprovado para publicação na *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, intitulado “Entre a Política e Luto: as Cartas Consolatórias Dirigidas a D. João III e D. Catarina de Áustria (1545-1557)”.

Foi distinguida ao longo do seu percurso académico com vários prémios, entre os quais a “Bolsa de Excelência - UMinho” que premiou o aluno com a classificação mais elevada em cada ano da Licenciatura em História nos anos académicos de 2011-2012, 2012-2013 e 2013-2014. Em 2015, recebeu o “Prémio Engenheiro Duarte do Amaral”, atribuído ao

melhor aluno que terminou a Licenciatura de História, na Universidade do Minho. Em 2017, fez parte da "Shortlist" do Instituto Universitário Europeu em Florença.

Patricia Sainz Buendía
Universidad de Cantabria
patricia.sainz.buendia@gmail.com

“GOBERNAR BABILONIA”: LA ESTANCIA DE LA CORTE EN VALLADOLID (1601–1606) VISTA POR SU CORREGIDOR, DON DIEGO SARMIENTO DE ACUÑA.

No era la primera vez que Valladolid acogía a la Corte cuando Felipe III decidió trasladarse desde Madrid a las orillas del Pisuerga en 1601. Debido a la presencia de la Universidad y la Chancillería, Valladolid era una ciudad acostumbrada a albergar en sus muros un elevado porcentaje de población flotante. Sin embargo, el asentamiento de la Corte en la ciudad fue en esta ocasión de tal impacto que provocó profundos cambios. Un exceso de terciarización económica, la necesidad de proporcionar cobijo a los numerosos pretendientes que llegaban a la Corte y divertimentos a la nobleza, el exceso de pícaros o los problemas de abastecimiento son algunos de los puntos que demuestran cómo el asentamiento de la Corte filipina alteraría profundamente el ritmo de la ciudad.

Después de los últimos años de reinado de Felipe II, marcados por la austeridad y el recogimiento, la llegada al poder de su hijo trajo una revitalización en la Corte, llegando a hablarse del “nacimiento de la corte barroca”. Bajo el tercer Felipe, las fiestas, los juegos de cañas y demás ocios cortesanos recobrarían el protagonismo perdido, con los consiguientes transtornos que podía acarrear a la ciudad.

Las dificultades para acoger a la Corte y todos aquellos que la acompañaban (entre ellos, el mismísimo Cervantes) no fueron baladí: la especulación inmobiliaria, la subida de precios y alquileres no se hizo esperar y el abastecimiento de trigo para la ciudad (rivalizando con los delegados reales que iban a comprar también a Tierra de Campos) sumió en estos años al Concejo en profundas deudas.

La instalación de la Corte supuso para los vallisoletanos dificultades pero también alegrías. Valladolid había sido una ciudad ferozmente azotada por la peste atlántica finisecular, con una economía en decadencia, experimentó gracias al asentamiento de la corte filipina su

último episodio de crecimiento demográfico y bonanza económica en la Edad Moderna. Valladolid creció, se embelleció, mejoró sus servicios y fue testigo de señalados acontecimientos relacionados con la Corte como el nacimiento y las honras fúnebres por María de Austria (1603), las honras fúnebres por la duquesa de Lerma (1603) o el bautizo del futuro Felipe IV (1605). Finalmente, esta etapa de esplendor se acabaría con el regreso de la Corte a Madrid, teniendo que esperar la ciudad al siglo XIX para su despertar demográfico y económico.

En esta comunicación se pretende esbozar el impacto de la Corte en la vida de la ciudad (problemas de gobierno, fiestas cortesanas, etc.) analizándolo a través de la documentación generada por el Concejo de la ciudad, la correspondencia privada del corregidor, las historias de Valladolid y relaciones de embajadores que estuvieron presentes en la ciudad en dicho periodo (*Libros de Actas de la ciudad de Valladolid*, años 1600-1606, Archivo Municipal de Valladolid; DE CÓRDOBA, C.: *Relaciones de las cosas sucedidas en la Corte de España desde 1599 hasta 1614*. Junta de Castilla y León, 1997; GODÍNEZ DE MILLIS, J.: *Relación de lo sucedido en la ciudad de Valladolid desde el punto del felicísimo nacimiento del príncipe don Felipe Dominico Víctor nuestro Señor, hasta que se acabaron las demostraciones de alegría que por él se hicieron (1605)* (Biblioteca Nacional de España; PINHEIRO DA VEIGA, T.: *Fastignia: vida cotidiana en la Corte de Valladolid*. Valladolid: Ambito: Ayuntamiento, Fundación Municipal de Cultura, 1989).

NOTA BIOGRÁFICA

Patricia Sáinz Buendía es actualmente personal investigador en formación de la Universidad de Cantabria con la beca *Concepción Arenal* para realizar sus estudios de doctorado interuniversitario en las universidades de Cantabria y la Autónoma de Madrid, siendo su director el profesor Roberto López Vela y su codirector Porfirio Sanz Camañes. Actualmente se encuentra a finales de su primer año de doctorado.

Realizó sus estudios de Grado en Historia en la Universidad de Cantabria. Su Trabajo de Fin de Grado (La Leyenda Negra de la Monarquía Hispánica en tiempos de Felipe II) fue galardonado con el I Premio de Investigación San Isidoro de Sevilla (Universidad de Cantabria, 2016). Realizó a continuación el Máster Interuniversitario en Historia Moderna: Monarquía de España, siglos XVI-XVIII de las Universidades de Cantabria, Autónoma de Madrid y Santiago de Compostela.

Su tesis doctoral se adentra en el estudio biográfico de Don Diego Sarmiento de Acuña, I Conde de Gondomar, militar defensor de las costas gallegas, consejero de Hacienda, Guerra y Estado, corregidor de Toro, Valladolid y diplomático en Inglaterra durante los reinados de Felipe III y Felipe IV.

Hasta la fecha ha participado en diversas reuniones científicas, tanto como ponente (XV Reunión Científica de la Fundación Española de Historia Moderna, 2018; I Congreso Internacional de Jóvenes Modernistas de la Universidad Autónoma de Madrid, 2018) como de oyente (Seminarios Metodológicos de Investigación en Historia Moderna y Seminarios de Investigación en Historia Moderna organizados por el Departamento de Historia Moderna de la Universidad de Cantabria).

Ha sido colaboradora en la organización de la XV Reunión Científica de la FEHM y uno de los miembros organizadores de actividades de divulgación relacionadas con la Historia Moderna (Stand del Departamento de Historia Moderna en la *Noche europea de los investigadores en Santander*, 2018).

Luís Gonçalves Ferreira
Universidade do Minho
luis.ferreira.f@gmail.com

«ESTAVA NU E VESTISTE-ME»: A DOAÇÃO DE ROUPA A POBRES PELA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BRAGA (SÉCULO XVII)

As Santas Casas da Misericórdia canalizavam grande parte do seu esforço financeiro para a prática das 14 Obras de Misericórdia. A terceira delas - Vestir os Nus - não foi exceção. Os registos dessas práticas encontram-se em inúmeros documentos do Fundo da Santa Casa da Misericórdia do Arquivo Distrital de Braga, de onde os Livros de Despesas e os Livros de Actas são paradigmáticos. O nosso estudo visa problematizar a transferência de roupa de corpo e outros objetos de indumentária, entre a Misericórdia de Braga e os pobres por ela assistidos.

Importa compreender a forma como a assistência aos pobres no quadro da prática da terceira obra de misericórdia, no caso da cidade de Braga e da ação da sua Misericórdia, espelha eventuais preferências de género, estrato social e proveniência estudados noutras Santas Casas. Partiremos do conceito de indumentária, que prescreve uma conceção integrada entre o corpo biológico e os diversos elementos que o vestem e adornam. O corpo existe enquanto entidade social visível e, porquanto, vestido e adequado segundo a vigilância de determinadas normatividades; a pobreza, nesta perspetiva, adquire materialidade e sentido perceptíveis por ricos e pobres.

A nossa comunicação pretende discutir as questões técnicas e materiais da indumentária dos pobres no âmbito das doações da misericórdia bracarense durante o século XVII, mas também contribuir para o aprofundamento do debate sobre o conceito da pobreza nas suas articulações com o género e a história da assistência na historiografia moderna portuguesa.

NOTA BIOGRÁFICA

Licenciado em História pela Universidade do Minho, Luís Gonçalves Ferreira é mestrando em História pela mesma instituição. A sua área de investigação foca-se na História da

Indumentária a partir das metodologias da História Social e Cultural. Encontra-se a realizar a dissertação de mestrado sobre as doações de roupa de corpo pela Santa Casa da Misericórdia de Braga aos pobres, sob orientação da professora doutora Marta Lobo de Araújo. Durante a licenciatura, ganhou três Bolsas de Excelência atribuídas pela Universidade do Minho. Em 2018, venceu o prémio Eng. Duarte do Amaral atribuído pela Sociedade Martins Sarmiento (Guimarães).

DIA 5

CONTAR, CONSULTAR, ADMINISTRAR

Cristina Hernández Casado
Universidad Complutense de Madrid
criher03@ucm.es

RENTAS Y ASIENTOS: LOS FONSECA PIÑA. DE COMERCIANTES LUSOS A HOMBRES DE NEGOCIOS DE LOS ÚLTIMOS AUSTRIAS (1625-1680)

El presente trabajo pretende estudiar las figuras principales de la Casa de los Fonseca Piña, centrándose sobre todo en un personaje clave: Simón Fonseca Piña. De origen portugués, procedente de Estremoz, Simón Fonseca Piña y sus hermanos se afincaron en la ciudad de Sevilla, famoso enclave comercial y financiero de la época, en la década de 1630. Gracias a su extensa red, la gran mayoría compuesta por judeoconversos de origen luso, los Fonseca Piña comenzaron a comerciar con América, arrendar importantes rentas.

El estudio de Simón Fonseca Piña y sus familiares nos permite abordar un ejemplo de la trayectoria y estrategias de ascenso, tanto social como económico, a mediados del siglo XVII por parte de miembros pertenecientes al grupo mercantil de origen luso y de cuño converso. Se pondrá de relieve la importancia de crear e introducirse en redes poderosas –destacando, entre todas, la Renta General de Lanasy del Reino de Castilla–, y, finalmente, penetrar en el negocio de los asientos en los últimos años del reinado de Felipe IV, actividad que la familia continuó con el sucesor de éste, Carlos II. –entre los miembros de la red de los hermanos Fonseca Piña encontramos algunos de los asentistas más prestigiosos de Felipe IV, por ejemplo Jorge de Paz Silveira– o el matrimonio, así como la superación de importantes obstáculos, como el que suponía ser procesado por la Inquisición, cuestión que no impidió a este clan alcanzar un éxito socioeconómico.

A la hora de llevar a cabo esta investigación se empleará, además de bibliografía destacada al respecto, el trabajo realizado en el Archivo Histórico Nacional de Madrid, Archivo Histórico de Protocolos de Madrid, Archivo General de Indias y el Archivo Histórico Provincial de Sevilla.

NOTA BIOGRÁFICA

Doctoranda en Historia por la Universidad Complutense de Madrid desde octubre de 2017 bajo la dirección de la catedrática Carmen Sanz Ayán, dentro del Proyecto de Investigación MINECO: "Elites financieras y burocráticas de la Monarquía Hispánica: redes de solidaridad nobiliaria, patronazgo y estrategias de familia (1621-1725)". Su trabajo de tesis se centra en el estudio de la figura y actividades del asentista y hombre de negocios Jorge de Paz Silveira (1580?-1647) y su red socioeconómica, mayoritariamente compuesta por conversos. Ha participado en congresos en diversas universidades españolas y portuguesas.

Cândido Domingues
CHAM NOVA FCSH
candido_eugenio@yahoo.com.br

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA, CÂMARA MUNICIPAL E O COMÉRCIO NEGREIRO DA BAHIA COLONIAL

Em 25 de agosto de 1733, Vasco Fernandes Cesar de Meneses, Conde de Sabugosa e 4º Vice-rei do Brasil, escrevia a Dom João V preocupado com um grupo de homens ricos e violentos que queria apossar-se da lei para ter acesso direto ao cofre da Santa Casa de Misericórdia da Bahia. Aproximando-se a eleição da Mesa, Meneses teria discutido com algumas pessoas sobre a necessidade de eleger o Cônego Dr. Francisco Martins para um segundo mandato de Provedor, apostando na seu “zelo e independência”. Apesar do Estatuto não permitir a reeleição em vilas e cidades de maior dimensão, como era o caso de Salvador da Bahia, o Conde de Sabugosa buscava impedir a eleição de André Marques.

Importante homem de negócio, Marques contava com o apoio de seu genro Manoel Correia de Mesquita Barba, Luiz Tinorio de Molina e Antonio de Crasto Souza e Brito que logo “se opuseram com escândalo e petulância” à vontade do Conde. André Marques registrou pelo menos treze viagens saídas de Salvador para comprar escravos na Costa da Mina, entre 1726 e 1750. Nesse período era um dos maiores negociantes do açúcar da capitania e contratador dos Dízimos Reais da Bahia. Atuava em sociedade com seu irmão Antônio Marques Gomes que vivia em Lisboa. Luiz de Molina também era investidor no comércio negreiro e era muito próximo de Marques, possivelmente sócio.

Assim como já foi percebido por Russell-Wood, comerciantes poderosos como André Marques buscaram o domínio de espaços como a Mesa da Santa Casa, Ordens Terceiras e Conventos para ter acesso aos altos escalões sociais da colônia, ao crédito fácil e à administração dos juros e dos prazos de pagamento. Estas estratégias não eram novas nem era exclusividades baianas. No Reino e no além-mar esse era o bom caminho para se aproximarem do grande comércio, como afirmou Jorge M. Pedreira.

Objetiva-se, portanto, analisar a presença dos traficantes de escravos em cargos como Provedor da Santa Casa ou Vereadores da Câmara de Salvador como meio de alcance social, de aproximação das discussões políticas envolvendo o “comércio de almas” e do uso do dinheiro da Irmandade em seu benefício e de amigos. Para tanto serão importantes as listas de Provedores e Vereadores, a documentação notarial e a correspondência trocada entre Governadores e o Conselho Ultramarino.

Palavras-chave: Cidade da Bahia; tráfico negreiro; política

NOTA BIOGRÁFICA

Cândido Domingues é doutorando em História na NOVA, investigador do CHAM-NOVA FCSH e professor destacado da UNEB-IV.

Lucas Antón Infante

Universidad Complutense de Madrid, Miembro del SIHMA

lucasanton@ucm.es

EL ACCESO AL CONSEJO DE INDIAS A TRAVÉS DE LA VÍA CONSULTIVA DURANTE EL REINADO DE CARLOS II, 1665-1700.

Durante el reinado de Carlos II convivieron dos vías de acceso al Consejo de Indias: 1. La vía consultiva, dependiente de las consultas de la Cámara de Castilla encargada de los nombramientos de ministros togados en las instituciones propias de la Corona castellana, como lo era el Consejo de Indias. 2. La vía directa protagonizada por el uso del decreto real como instrumento para conceder el oficio a quién se considerase oportuno evitando la consulta previa, tanto en favor de togados como ministros de capa y espada⁴. La realización de una consulta previa al nombramiento donde se valoraban los méritos de los candidatos al oficio, ha permitido considerar la vía consultiva más “limpia” que las vías alternativas, véase la venalidad o el patronazgo regio, donde adquirirían mayor importancia otros valores menos transparentes.

El control por la Cámara de Castilla sobre los nombramientos de ministros de Indias realizados a través de la vía consultiva tuvo importantes consecuencias para el desarrollo de la actividad institucional del Consejo, entre ellos la selección de consejeros sin experiencia en Indias. Debido al manejo del proceso consultivo por la Cámara castellana, la selección de los mejores oficiales posibles para los importantes cargos del Consejo de Indias se vio influido por los intereses de los camaristas castellanos, no de los representantes del Consejo de Indias. Así, aquellos jueces interesados en aparecer entre las ternas presentadas al monarca, a través de las consultas de la Cámara para el nombramiento final de los consejeros de Indias, no sólo debían contar con los méritos demandados, también con el apoyo de los camaristas castellanos.

⁴ Datos extraídos de la bibliografía especializada véase, ANDÚJAR CASTILLO, F., *Necesidad y venalidad. España e Indias, 1704-1711*, Madrid, 2008, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales. SANZ TAPIA, Á., *¿Corrupción o necesidad? La venta de cargos de gobierno americano bajo Carlos II (1674 - 1700)*, Madrid, 2009. FAYARD, J., *Los ministros del consejo real de castilla, 1621-1788*, Madrid, 1982, Hidalguía. SCHÄFER, E., *El Consejo Real y Supremo de las Indias. Historia del Consejo y de la Casa de Contratación de las Indias*, vol. 1, Valladolid, 2003 [1935], Marcial Pons. Y fuentes primarias, especialmente las consultas y decretos del Consejo de Indias de los años 1665-1700, en AGI, fondo Indiferente General, los libros de plazas del AHN, fondo Consejos (L.729, L.730 y L.731) y los nombramientos de consejeros de Indias consultados por la Cámara de Castilla, en AHN, fondo Estado, legajo 6401-2.

Como resultado el proceso consultivo diseñado para garantizar la participación de los mejores ministros posibles en el Consejo de Indias respondió al desarrollo político de las instituciones castellanas, alejadas de los virreinos americanos y de las necesidades del propio Consejo. Además, como ocurría en la vía directa, los intereses personales de los individuos implicados en la selección de ministros de Indias por vía consultiva, influyeron en el nombramiento final de unos y no otros jueces capacitados para el cargo. Entonces, el proceso consultivo veía sus principios legales y meritocráticos superados por los intereses de patronazgo de aquellos oficiales presentes en las instituciones encargadas de su desarrollo, como la Cámara de Castilla.

NOTA BIOGRÁFICA

Mi relación con la historia comenzó al licenciarme en Historia, entre 2005 y 2011 en la Universidad Complutense de Madrid (UCM), donde también realicé el Máster Universitario Historia de la Monarquía Hispánica, 2011- 2012, finalizado con la elaboración del Trabajo de Fin de Máster, *Los capítulos de Tordesillas de 1520: los comuneros ante la hacienda y fiscalidad castellanas*. Mi titulación académica continuó al iniciar el doctorado en 2013 dedicado a mi tesis doctoral, *El Consejo de Indias durante el reinado de Carlos II*, en la UCM, bajo la dirección de la profesora Pilar Ponce Leiva y Rafael Valladares, investigador del CSIC. Desde entonces soy miembro del SIHMA (Seminario de Investigación de Historia Moderna de América), www.sihmamerica.com.

Mis trabajos más recientes son:

- ANTÓN INFANTE, L., "Participación de criollos y ministros con experiencia americana en el Consejo de Indias. La reforma de 1677", en FRANCISCO OLMOS, J. M. de y SALAMANCA LÓPEZ, M., (dir.), *Los archivos estatales españoles: retrospectiva en el tiempo y propuestas de futuro*, Madrid, 2017, UCM, pp. 149-171.
- ANTÓN INFANTE, L., "Los consejeros de Indias ante la reforma de 1691", en *La enseñanza de las Humanidades y las Ciencias Sociales a través del mundo digital. Selección de los mejores trabajos del MOOC. Cómo escribir un texto académico en Humanidades y Ciencias Sociales*", Ediciones Digitales, 2016, pp. 135-157.

Victor Gómez Blanco
Universidad Carlos III de Madrid
vigomez@clio.uc3m.es

CREATION OF A SAFE ASSET: THE OFFICES

The kingdom of Castile witnessed the heyday and collapse of one of the most important financial systems during the sixteenth century. The Catholic Kings laid the foundation for a responsible monetary system, an efficient wool sector, a few dynamic industries (silk from Granada, iron from Vizcaya, ceramic or leather) and some of the biggest trade fairs in the world.

With increased sophistication in financial systems, came new investment assets, for example, the offices. Office venality was completely banned during the period of the Catholic Kings. However, credit constraints compelled Philip II to sell government jobs in order to sustain his father's military endeavors.

Initially, offices were bought in pursuance of a preeminent social status and economic advantages (tax exemptions, public goods or corruption). Nevertheless, several legal changes made these assets very interesting from a financial perspective as well. These changes were: privatization, contract enforcement and contract innovations to rent them.

During the reign of the Catholic Kings, government jobs were chosen by luck or by voting -for a limited time- or given as mercy -for an individual's entire lifetime. In an attempt to increase their demand, Philip II converted them into a transferable good, given resignation figures at the time -an owner could transfer an office if certain rules were respected-. Several years later, Philip III transformed offices into root assets creating the perpetuation legal form.

Parallel to this legal process, the judicial framework also changed in Castile. The kingdom's law (Nueva Recopilación) established that offices could be neither sold nor rented. However, sales were not only accepted, but purchase contracts were also strongly enforced by judges. On the other hand, renting prohibition was implemented. However,

several individuals found ways to break the law. Office owners sold their offices with a repurchase condition, which allowed them to make implicit rentals.

In this paper, I have constructed a database containing all sales of the three most relevant offices (councilors, solicitors, and notaries) in eight major Castilian cities between 1543 and 1715. I have studied how the progressive privatization process, the contract enforcement and the contract innovations brought about the advent of their use as an investment asset, as opposed to personal use. Additionally, I have conducted an analysis on their investment. Finally, I have also investigated how applicable law was adapted to increase investor protection throughout some contemporary handbooks used by first instance judges. I conclude that offices became simple and risk-free assets used as deposit of value that shows an increase of demand during bad times. In other words, offices met all the requirements to be a safe asset.

NOTA BIOGRÁFICA

Mi nombre es Víctor Gómez. Soy alumno de doctorado de Historia Económica en la Universidad Carlos III de Madrid en un proyecto financiado con una beca de la Fundación Bancaria "la Caixa" y supervisado por el Dr. Stefano Battilossi y el Dr. Mauro Hernández. Con anterioridad cursé estudios de Licenciatura en Economía en la Universidad de Alcalá, primer año del Máster en Economía y Finanzas del CEMFI, y Máster de Crecimiento y Desarrollo Económico en la UC3M. Mis temas de interés son las instituciones económicas y las finanzas en la Castilla moderna. Concretamente, desarrollo un proyecto donde analizo cómo los oficios se convirtieron en un activo de inversión financiero y su evolución en los siglos XVI y XVII en Castilla.

My name is Víctor Gómez. I am PhD candidate at Carlos III University. My thesis received the support of a fellowship from "la Caixa" Foundation, and it is supervised by Dr. Stefano Battilossi and Dr. Mauro Hernández. I have previously earned my bachelor in Economics at University of Alcala, first year Master in Economics and Finance at CEMFI, and Master in Economic Development and Growth at UC3M. My research interests focus on economic institutions and finance in modern Castile. I indeed analyse why offices (royal jobs) became financial investment assets and their evolution in the Sixteenth and Seventeenth Century Castile.

Marcella Miranda
USP - Universidade de São Paulo
marcellagmiranda@gmail.com

DIPLOMACIA E RAZÃO DE ESTADO NA MONARQUIA HISPÂNICA. 1580-1598

Esta pesquisa tem o objetivo principal de entender como o conceito de razão de Estado foi elaborado e apropriado no contexto da prática da política na Monarquia Hispânica. O recorte cronológico estabelecido é entre 1580 e 1598, momento em que se desenvolve por excelência essa nova linguagem política. Já sabemos que muito antes que Giovanni Botero publicasse a obra *Della Ragion di Stato* (1589), a expressão era largamente utilizada pelos indivíduos pertencentes aos círculos diplomáticos da Monarquia Hispânica. Entre as cortes de Roma, Paris, Bruxelas, Madrid e Lisboa este novo vocabulário circulava junto com os diplomatas, secretários, militares, jesuítas e espiões que se movimentavam por diferentes espaços de poder.

As guerras de religião na França e a rebelião das 17 Províncias Unidas consistiram em um laboratório de experiências fundamental para a gestação deste novo vocabulário. Assim, vamos focar nosso trabalho na análise da correspondência e da produção textual de três embaixadores da Monarquia Hispânica na França: Juan Bautista de Tassis e don Lorenzo Suárez Figueroa, II Duque de Feria. A escolha destes personagens não é fortuita: eles foram o núcleo que negociou e dirigiu a intervenção espanhola na França após a morte de Henrique III (1589). Mais do que isso, o grupo, liderado pelo duque de Feria, tinha a tarefa de apresentar aos Estados Gerais os direitos dinásticos da infanta Isabel Clara Eugenia ao trono da França.

A análise prévia do conjunto de documentos produzido pelos embaixadores - correspondência política, memoriais e tratados políticos (impressos ou manuscritos) - nos leva à algumas conclusões fundamentais. No campo do pensamento político, historiadores tem destacado a primazia da orientação confessional católica e antimaquiaveliana entre os tratadistas espanhóis do fim do século XVI. O que podemos perceber de antemão é que, na prática da política, o discurso da razão de Estado foi apresentando suas matizes, produzindo alternativas que iam sendo elaboradas na esteira

de outras discussões elementares, como aquela sobre a guerra, a paz e a tolerância. Diante do fracasso da intervenção na França e nos Países Baixos espanhóis, os embaixadores traçaram duas alternativas para o futuro curso da ação da Monarquia Hispânica.

A primeira é elaborada por Juan Bautista de Tassis, embaixador experiente, que aconselhou o rei, já em 1594, a estabelecer uma paz vantajosa com Henrique IV enquanto o Monarca Católico ainda controlava várias praças militares na França. Utilizava o paradigma da conservação do Estado para recomendar o acordo de paz. O duque de Feria, por sua vez, personificava a razão de Estado católica, logo teorizada por Pedro de Ribadeneyra, em seu tratado *El príncipe cristiano*. (1595) Para Feria, se a guerra contra os hereges fosse mantida, deveriam ser empregados todos os recursos possíveis, nem que o rei tivesse que vender a metade de Castela. Entre a carta e o sistema, toda essa discussão demonstra que, na prática da política, o discurso era matizado e o debate oferecia outras soluções além da defesa intransigente do catolicismo.

NOTA BIOGRÁFICA

Marcella Miranda graduou-se em História - Bacharelado e Licenciatura - pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Em 2014, defendeu sua tese de mestrado na Universidade de São Paulo, da qual veio a resultar a publicação do livro "Aspectos práticos de uma teoria absoluta. A monarquia e as Cortes na Espanha de Felipe II (1556-1598)". Atualmente está concluindo o doutorado na Universidade de São Paulo, cujo projeto é financiado pela FAPESP (Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado de São Paulo).

José Vieira Gomes
NOVA FCSH
josevjeira@gmail.com

A IMPORTÂNCIA DA HISTÓRIA CUSTODIAL PARA A RECONSTITUIÇÃO E COMPREENSÃO DOS ARQUIVOS DOS JUÍZOS DOS ÓRFÃOS DA MADEIRA (SÉC. XV-1834)

O tema desta proposta de comunicação sobre o valor nevrálgico da História Custodial para a reconstituição orgânica e interpretação dos arquivos dos juízos dos órfãos da Madeira de Antigo Regime, constitui uma das principais problemáticas a explorar no nosso projecto de doutoramento em História, na área de especialização em Arquivística Histórica (edição 2017-2021), desenvolvido na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (UNL). Estes organismos judiciais, com raízes medievais, funcionaram no Reino e no Império, sendo extintos com o Liberalismo, em 1834.

Um dos principais problemas arquivísticos dos arquivos dos juízos dos órfãos da Madeira do Antigo Regime, em estado de mistura documental, radica nas suas atribuladas história custodial, proveniência e ordem original. Estes arquivos orfanológicos expõem fragilidades e limites conceptuais destes dois últimos princípios clássicos da arquivística, alvo na actualidade de um intenso debate. A validade, actualidade e significado conceptual dos seus conceitos têm sido postos em causa nas últimas três décadas, no âmbito da mudança de paradigma arquivístico do *archival turn* e pelo aceso debate epistemológico de reputados teóricos da *Archival Science*.

De facto, do que conhecemos actualmente destes arquivos dos juízos dos órfãos da Madeira, os mesmos indiciam múltiplas proveniências e ordens originais. Destacamos pelo menos três eventos de história custodial e arquivística que, conjugados, impactaram fortemente para a divisão/transmissão/dispersão dos arquivos orfanológicos da Madeira de Antigo Regime. Primeiro, uma ordem das autoridades liberais distritais, após 1834, para que os arquivos orfanológicos fossem divididos fisicamente por entre os escrivães da câmara e os juízes de paz e órfãos; segundo, as sucessivas incorporações desta documentação orfanológica no então Arquivo Distrital do Funchal (antecessor do actual Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira), ocorridas na primeira metade do

século XX, mas achando-se misturada a documentação orfanológica por entre os arquivos municipais e judiciais; terceiro, um incêndio ocorrido na década de 1940 no então Arquivo Distrital do Funchal e as consequências nefastas que daí resultou para a documentação judicial orfanológica. Alguns destes processos evidenciam patologias da tragédia: manchas de humidade, tinta desvanecida, suporte desmembrado e parcialmente carbonizado.

Esta comunicação procura apresentar a partir do *study case* destes arquivos dos juízos dos órfãos da Madeira, as vantagens do uso de uma ferramenta metodológica ainda pouco usada por arquivistas, quer por historiadores, na investigação de projectos da Arquivista e da História Institucional: a história custodial e arquivística.

A história custodial – ou o estudo da guarda e da transmissão documental, privilegia matérias como a negligência, a compra e venda, os incêndios, os «silêncios» documentais, ou a própria intervenção de organização e descrição por técnicos de Centros Documentais, marcaram de forma indelével a história custodial dos acervos e contribuíram para uma vincada «pegada arquivística». E os arquivos dos juízos dos órfãos da Madeira são um destes casos de um percurso custodial e arquivístico acidentado. É do estudo da sua história custodial que aferiremos as dinâmicas de produção, uso, gestão, conservação, eliminação, destruição e transmissão destes arquivos. Arquivistas, historiadores, investigadores e cidadãos, em geral, só têm a ganhar com o estudo e divulgação destas fontes inéditas.

Palavras-chave: história custodial; juízos dos órfãos; Madeira; arquivística histórica; história institucional

NOTA BIOGRÁFICA

José Vieira Gomes nasceu no Funchal, em 1981. Licenciou-se em História, em 2003, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Desde que concluiu a licenciatura, há quinze anos, que colabora como arquivista no Arquivo Regional da Madeira (actual Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira - ABM), organismo onde, em 2005, veio a ingressar no seu quadro de pessoal. Hoje, ainda se mantém neste ABM, desempenhando funções de coordenação e colaboração em

projectos de organização, descrição, inventariação, avaliação, seleção e classificação de arquivos históricos (públicos, privados e pessoais).

É autor de várias mostras, exposições, inventários e publicações no âmbito da divulgação de acervos documentais à guarda do referido Arquivo Regional.

Em 2007, colaborou ainda na implementação do Sistema de Gestão de Qualidade do mesmo Arquivo, na elaboração de instruções de trabalho para o então Serviço de Arquivos Definitivos, vindo a participar nas verificações de processos e nas auditorias internas aos serviços.

Ao nível da formação avançada, concluiu em 2007 o curso de especialização do mestrado em Arquivos, Bibliotecas e Ciências da Informação, pela Universidade de Évora.

Actualmente acha-se a frequentar o doutoramento em História, na área de especialização em Arquivística Histórica, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (edição: 2017-2021), sob o tema *os Juízos dos órfãos da Madeira (séc. XV-1834): história institucional e arquivo*.

As suas áreas de interesse de investigação são a História Institucional Moderna e a Arquivística Histórica, em particular a teoria e a história dos arquivos dos juízos dos órfãos de Antigo Regime

Naira Mota Bezerra
Universidade Federal Fluminense
nairamariamota@gmail.com

GOVERNO E MANUTENÇÃO IMPERIAL: ANGOLA, BAHIA E RIO DE JANEIRO (1750-1777)

Os estudos sobre política e administração da América portuguesa nunca deixaram de estar nos horizontes de interesse, quer dos historiadores brasileiros quer dos portugueses. Ainda que os objetos, os espaços e períodos, as metodologias e as perguntas venham variando, os interesses a respeito da política colonial, biografias dos governadores ou questões relativas à jurisdição e poder de mando nunca arrefeceu as pesquisas historiográficas.

Os vice-reis e governadores são conhecidos como *alter ego* do rei, justamente por exercerem funções semelhantes às reais naqueles territórios em que o monarca fisicamente não poderia estar, mas que precisava fazer sentir sua autoridade política. Por outro lado, ainda que representassem diretamente o rei, os governadores tinham ações próprias no sentido de tomar decisões sobre as demandas de cada espaço, negociar com a elite local, adaptar ordens expedidas na metrópole e até dirigir a este, questões surgidas no ultramar que não tinham definições prévias.

O objetivo desta comunicação é apresentar as principais ideias presentes no projeto de doutoramento intitulado "Do Terreiro do Paço ao Atlântico: governo e manutenção imperial. Angola, Bahia e Rio de Janeiro (1750-1777) e que tem por tema os governos desses três locais, durante o reinado josefino, momento paradigmático de reordenamento jurisdicional, que imprimiu novo timbre às relações político-administrativas em Portugal e seu império.

A hipótese central do projeto é que o governo no ultramar foi o elemento fundamental para o estabelecimento e manutenção do império português. A política feita pelos governadores funcionou como intermediária entre as demandas das comunidades locais e os órgãos centrais de decisão que imprimiam orientações imperiais. Assim, volta-se

para a análise do caráter centrípeto desenvolvido pelos governos, que por meio de um receituário das artes de governar expedidos pelo centro e a política feita no âmbito local, estabeleceram estratégias de conservação do império.

Esta proposta de tese teve sua origem nas conclusões na minha dissertação de mestrado intitulada *"E se acham nomeados para o governo interino desse estado...: Governos provisórios da Bahia nos séculos XVII e XVIII"*, defendida na Universidade Federal Fluminense em março de 2018. Ali, demonstrei o quanto os governos provisórios nem sempre eram meros substitutos emergenciais. Por vezes, foram criados e intencionados pela Coroa, pertencentes a propósitos políticos para manutenção imperial. Juntos com a documentação de cartas enviadas e recebidas pelos governadores, tanto para Lisboa como para outros governadores do império, somada as consultas do Conselho Ultramarino, percebi que, talvez, não apenas governos interinos pertenciam a esse propósito. Todo o governo do ultramar, que por um lado incluía os governadores e suas redes em Lisboa, o local escolhido para atuarem; e por outro, a política exercida no âmbito local, talvez estivessem associados a um projeto de manutenção imperial.

Assim, estabelecendo uma análise transversal dos governos do Conde da Cunha (Angola 1758; Rio de Janeiro 1763), do 1^o Marquês de Lavradio (Angola 1749; Bahia 1760) e do 1^o Conde de Azambuja (Bahia 1765; Rio de Janeiro 1767), será possível levantar questões administrativas que permitem observar a política enquanto intermediária entre o centro decisório e o ultramar, entendendo-a como mantenedora das estruturas imperiais.

As guerras de religião na França e a rebelião das 17 Províncias Unidas consistiram em um laboratório de experiências fundamental para a gestação deste novo vocabulário. Assim, vamos focar nosso trabalho na análise da correspondência e da produção textual de três embaixadores da Monarquia Hispânica na França: Juan Bautista de Tassis e don Lorenzo Suárez Figueroa, II Duque de Feria. A escolha destes personagens não é fortuita: eles foram o núcleo que negociou e dirigiu a intervenção espanhola na França após a morte de Henrique III (1589). Mais do que isso, o grupo, liderado pelo duque de Feria, tinha a tarefa de apresentar aos Estados Gerais os direitos dinásticos da infanta Isabel Clara Eugenia ao trono da França.

A análise prévia do conjunto de documentos produzido pelos embaixadores - correspondência política, memoriais e tratados políticos (impressos ou manuscritos) - nos

leva à algumas conclusões fundamentais. No campo do pensamento político, historiadores tem destacado a primazia da orientação confessional católica e antimaquiaveliana entre os tratadistas espanhóis do fim do século XVI. O que podemos perceber de antemão é que, na prática da política, o discurso da razão de Estado foi apresentando suas matizes, produzindo alternativas que iam sendo elaboradas na esteira de outras discussões elementares, como aquela sobre a guerra, a paz e a tolerância. Diante do fracasso da intervenção na França e nos Países Baixos espanhóis, os embaixadores traçaram duas alternativas para o futuro curso da ação da Monarquia Hispânica.

A primeira é elaborada por Juan Bautista de Tassis, embaixador experiente, que aconselhou o rei, já em 1594, a estabelecer uma paz vantajosa com Henrique IV enquanto o Monarca Católico ainda controlava várias praças militares na França. Utilizava o paradigma da conservação do Estado para recomendar o acordo de paz. O duque de Fera, por sua vez, personificava a razão de Estado católica, logo teorizada por Pedro de Ribadeneira, em seu tratado *El príncipe cristiano*. (1595) Para Fera, se a guerra contra os hereges fosse mantida, deveriam ser empregados todos os recursos possíveis, nem que o rei tivesse que vender a metade de Castela. Entre a carta e o sistema, toda essa discussão demonstra que, na prática da política, o discurso era matizado e o debate oferecia outras soluções além da defesa intransigente do catolicismo.

NOTA BIOGRÁFICA

Naira Maria Mota Bezerra é mestra em História pela Universidade Federal Fluminense com a dissertação *"E se acham nomeados para o governo interino desse estado...: Governos provisórios da Bahia nos séculos XVII e XVIII"*, defendida em março de 2018 sob orientação do professor dr. Renato Franco. Durante o mestrado contou com bolsa de investigação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e tecnológico (CNPQ). Neste momento participa do processo seletivo para ingresso no doutoramento de 2019 da Universidade Federal Fluminense, com o projeto intitulado *"Do Terreiro do Paço ao Atlântico: governo e manutenção imperial. Angola, Bahia e Rio de Janeiro (1750-1777)"*¹. É graduada em história pela Universidade Federal da Bahia e trabalha com a questão de governos provisórios no império português desde 2012, quando foi bolsista de iniciação a investigação através do Programa Institucional de Bolsistas de Iniciação Científica (PIBIC) Capes/Fapesb/Ufba. É membro do grupo de investigação Companhia das Índias/

Universidade Federal Fluminense e História da Cultura do mundo luso-brasileiro, da
Universidade Federal da Bahia.

Marcelo Lunardi do Carmo

USP

marcelolcarmo@usp.br

A CONJUNTURA ECONÔMICA DA INDÚSTRIA AÇUCAREIRA BAIANA NAS ÚLTIMAS DÉCADAS DO SÉCULO XVII E A ATUAÇÃO DA COROA: INDÍCIOS DE UMA POLÍTICA ANTICÍCLICA.

Depois de um período de prosperidade vivenciado no início de século XVII, com o aumento da demanda europeia permitindo que o açúcar fosse comercializado a altos preços, a indústria açucareira baiana enfrentava uma situação bastante caótica. A lucratividade esperada com a alta dos preços atraía novos produtores ao mercado, não apenas na colônia - onde houve a construção de um significativo número de novos engenhos -, mas também com outras nações iniciando a produção de açúcar, objetivando suprir as necessidades de seus mercados internos. A inserção de concorrentes no mercado internacional refletiu-se num rápido incremento da oferta de açúcar, forçando uma redução nos preços. Se a situação no mercado externo era desfavorável, no interior da colônia os produtores também não encontravam facilidades. As novas unidades produtivas, instaladas no Recôncavo, passaram a concorrer com as já estabelecidas pelos insumos, causando muitas perdas para os senhores de engenho. As novas plantas, menores e mais baratas (movidas a tração animal), inicialmente competiam com os engenhos instalados a beira-mar pelo estoque de canas. Alguns anos depois o problema da falta de insumos tinha migrado para o sertão e as discussões centravam-se na escassez de madeira. Com seu produto desvalorizado e os custos de produção cada vez mais altos, dado o aumento do número de unidades produtivas na Bahia, os senhores de engenho estavam endividados. A falta de moeda circulando no Brasil agravava ainda mais o problema. Sem recursos monetários para pagar as dívidas contraídas, os produtores eram forçados a fechar acordos de venda do açúcar antes mesmo da safra, o que ocasionava significativos prejuízos. Para compensar a queda nos preços, muitos produtores passaram a misturar açúcares de baixa qualidade com os de qualidade superior, que eram vendidos por melhores preços, prática que estava arruinando a reputação do açúcar brasileiro na Europa. Trataremos nesse trabalho sobre as medidas tomadas no período que visavam reverter, ou amenizar, os efeitos da crise pela qual passava a indústria açucareira baiana. Nesse contexto, tínhamos de um lado o mercado internacional do açúcar que influenciava diretamente o preço do produto brasileiro, mas sobre o qual as autoridades régias não

tinham qualquer controle. Do outro, tínhamos o mercado produtivo interno, sobre esse sim a coroa tinha influência, podia intervir e durante o período o fez. Pretendemos demonstrar que essas ações, em conjunto, configuraram uma política anticíclica implementada pela coroa. Dentre as ações empreendidas no período destacaremos: a promulgação da lei de identificação da qualidade do açúcar nas caixas, a lei sobre os castigos aplicados aos negros e a lei da distância mínima entre engenhos, que apesar de estar sendo discutida desde 1660, só foi expedida quando era necessário regulamentar os novos engenhos do sertão. Além dessas trataremos das medidas implementadas para conter a escalada do endividamento dos produtores. As afirmações feitas nesse trabalho amparam-se na historiografia que trata sobre a segunda metade do século XVII, além de fontes primárias representadas por manuscritos do Conselho Ultramarino.

Palavras-chave: Século XVII, Bahia, Engenhos, Crise Financeira

NOTA BIOGRÁFICA

Graduado em economia pela Universidade Estadual Paulista em 2011. Concluiu em 2018 mestrado em história econômica, sob orientação do prof. dr. Daniel Strum, na Universidade de São Paulo. Atualmente é servidor da mesma universidade, estando vinculado a Superintendência de Assistência Social. Desenvolve projeto de pesquisa na área de economia colonial comparada (Barbados, Bahia e Rio de Janeiro). Apresentou trabalhos em importantes congressos nacionais, e tem artigos publicados sobre a economia canavieira e a sociedade da Bahia na segunda metade do século XVII.

João Carvalho
Centro de História da Universidade de Lisboa
joao.carvalho@outlook.es

O COMÉRCIO LEGAL E ILEGAL ENTRE OS DOIS REINOS IBÉRICOS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII COMO FORMA DE LEGITIMAR AS COMUNIDADES TRANSNACIONAIS

O comércio entre Espanha e Portugal na primeira metade do século XVIII estava altamente condicionado pela situação política e diplomática. Daí que, durante a Guerra de Sucessão de Espanha, na qual Portugal e grande parte do território espanhol estavam em campos opostos, o comércio legal tenha ficado reduzido à sua mínima expressão, o que provocou o aumento sistemático do contrabando. A exceção foi a costa mediterrânea que manteve uma actividade comercial mais ou menos regular com Lisboa. Não será alheio a isso o facto de, tanto a Catalunha como Valência apoiarem o mesmo candidato ao trono de Espanha que Portugal. Mais tarde, uma das principais causas para o desenvolvimento do comércio ilegal foi o incremento das proibições que ambas Coroas decretaram sobre uma série de produtos muito valorizados e, por conseguinte, extremamente cobiçados. Entretanto, a gradual descoberta dos abusos cometidos pelos comerciantes de um e do outro lado da fronteira originou a necessidade de melhorar o sistema de controlo aduaneiro. Esta iniciativa não seria muito efectiva, especialmente no comércio ultramarino na América, onde o contrabando florescia na região do Rio de la Plata. Por outro lado, como os produtos americanos eram transportados principalmente para os portos de Lisboa e Cádiz, a riqueza gerada por essa actividade carecia de uma melhor distribuição. Neste contexto, destacam-se os comerciantes, motivados pelo lucro, e os agentes reais que, supostamente, deveriam exercer uma rigorosa vigilância sobre estes intercâmbios para defender os interesses das suas Cortes. Estes últimos eram responsáveis por fiscalizar o pagamento dos direitos que incidiam sobre determinados produtos e que haviam resultado das várias negociações diplomáticas entre as duas Coroas. Neste sentido, os políticos e diplomáticos envolvidos nestes assuntos tinham conhecimento privilegiado sobre quais os produtos mais propensos ao contrabando. Para isso, muito contribuiu a colaboração dos cônsules que lhes comunicavam os envios ilegais realizados a partir da cidade onde estavam estabelecidos.

Outro factor determinante para o desenvolvimento do intercâmbio comercial entre os dois reinos foi o estabelecimento de comunidades de nacionais nos portos mais destacados do reino contrário, na Península Ibérica. Uma parte importante destes residentes forâneos teriam competências comerciais, mas, como acontecia na maior parte dos portos do sul de Espanha, deveriam obter a cidadania espanhola para poder participar no comércio com as colónias na América e, assim, evitar pagar quantiosos direitos sobre a importação de produtos coloniais.

Esta apresentação tentará contribuir para uma identificação de quais foram os elementos da evolução do comércio entre Portugal e Espanha na primeira metade de Setecentos e será também suportada pela exposição de vários casos de contrabando verificados ao longo de todo esse período. Para isso, será bastante importante a informação relatada pelos diplomatas, que informavam regularmente a sua Corte sobre estas situações, ao mesmo tempo que recomendavam acções correctoras, sendo a necessidade de um maior controlo sobre o contrabando uma das suas maiores preocupações. Por último, tentar-se-á analisar as pressões exercidas nos principais portos para limitar a influência dos comerciantes estrangeiros no comércio colonial.

NOTA BIOGRÁFICA

João Manuel Oliveira de Carvalho, de nacionalidade portuguesa, adquiriu a sua formação académica anterior em Espanha. Em 2015, obteve, na *Facultad de Geografía e Historia da Universidad Complutense de Madrid*, o Grau em História. Posteriormente, com a dissertação "*Diplomacia, guerra y comunicación. La correspondencia de Francisco de Sousa Pacheco, enviado portugués en La Haya (1703-1709)*", orientada pelo Prof. Fernando Bouza, recebeu o título de Mestre em *Historia de la Monarquía Hispánica*, em 2016. Realiza actualmente o Doutoramento em História, no ramo das Relações Internacionais, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, sob a orientação do Prof. José Damião Rodrigues. Presentemente, encontra-se numa estadia de curta duração na *Universidad Pablo de Olavide*, em Sevilha, incluído no grupo de investigação dirigido pelo Prof. Manuel Herrero. Tem participado em várias conferências, tanto em Portugal como no estrangeiro, onde apresenta temas sobre a situação diplomática e comercial entre Portugal e Espanha durante o século XVIII. As suas principais áreas de interesse centram-se na Diplomacia e nas Relações Internacionais, especialmente entre os dois reinos ibéricos, durante a primeira metade do mencionado século. Dentro do âmbito da diplomacia mercantil tem especial interesse pelo estudo dos cônsules instalados nos diversos portos e cidades de Portugal e Espanha durante esse período, as suas

actividades e o respectivo impacto na diplomacia e na política dos correspondentes reinos.

Siméia de Nazaré Lopes
Universidade Federal do Pará
pinheirolopes@hotmail.com

O CIRCUITO MERCANTIL DE BELÉM E AS VILAS DO INTERIOR DA CAPITANIA DO PARÁ (1790-1810)

Entre o final do século XVIII e princípio do XIX, a praça mercantil de Belém articulava diferentes circuitos comerciais, muitos deles foram formados em períodos de intercâmbio da diversa produção extrativa e agrícola. A ocupação e o comércio realizado no Estado do Grão-Pará contaram com essa articulação que a cidade de Belém consolidou com outras praças por meio do incentivo das autoridades militares, mas a ação dos diversos sujeitos que passaram a circular pelo interior do Estado, em muito concorreu para a efetivação das trocas comerciais entretidas nas vilas dos sertões da capitania.

De Belém saíam e voltavam as embarcações com destino aos sertões, por ser considerado lugar ermo, várias medidas eram adotadas para se estabelecer o controle sobre aquelas áreas. As fortalezas, além de serem pontos de proteção do interior dos domínios portugueses, eram também utilizadas como postos de fiscalização para os sujeitos que seguiam o comércio para os altos rios. A fiscalização era destinada às embarcações, às pessoas e aos produtos que se direcionavam para a capital, tanto as que passavam pela vila de Gurupá, como as que vinham de Cametá, vilas consideradas “bocas de sertão”. As mercadorias que circulavam entre o interior da capitania e a cidade de Belém eram registradas na Coletoria de Impostos, localizada na vila de Gurupá. O estabelecimento de uma coletoria nessa vila foi a forma encontrada para controlar esse comércio e quantificar o montante do que era comercializado para Belém. Os negociantes da capitania do Pará entretinham relações comerciais com as vilas próximas à cidade de Belém e das vilas situadas nos vales dos rios Guamá, Moju, Tocantins, Capim e Acará. As relações comerciais com outros negociantes para o interior do Estado do Grão-Pará abrangiam também a capitania do Rio Negro, que se configurava em uma das principais áreas abastecedoras dos gêneros que eram comercializados na cidade e depois remetidos para os portos da Europa.

Com base na documentação primária coletada no Arquivo Público do Estado do Pará (Coletoria de Impostos, Assinatura dos Comboios e as Escrituras de Procurações), tem-se

como objetivo para esse trabalho discutir como se estruturou esse circuito mercantil em que Belém se apresentava como o eixo de ligação entre as vilas do interior do Estado do Grão-Pará. Assim como investigar a configuração de uma comunidade mercantil e a sua articulação com outros sujeitos, os quais não restringiam suas práticas comerciais estritamente à praça de Belém, mas estabeleciam redes de negociação com outras áreas comerciais presentes nesse eixo de comercialização. Em seguida, apresentar como estava estruturado esse comércio, bem como as formas de controle impostas para quantificar seus sujeitos, as embarcações e as mercadorias envolvidas nessa atividade. Por fim, atentar para algumas das estratégias utilizadas pelos negociantes para diminuir as incertezas presentes nas atividades comerciais realizadas nos sertões, principalmente o uso das procurações que possibilitavam não somente regular os sujeitos e as suas ações, como também desenhavam o circuito mercantil que está se estruturando nesse contexto do final do XVIII e inícios do XIX.

Outro factor determinante para o desenvolvimento do intercâmbio comercial entre os dois reinos foi o estabelecimento de comunidades de nacionais nos portos mais destacados do reino contrário, na Península Ibérica. Uma parte importante destes residentes forâneos teriam competências comerciais, mas, como acontecia na maior parte dos portos do sul de Espanha, deveriam obter a cidadania espanhola para poder participar no comércio com as colónias na América e, assim, evitar pagar quantiosos direitos sobre a importação de produtos coloniais.

Esta apresentação tentará contribuir para uma identificação de quais foram os elementos da evolução do comércio entre Portugal e Espanha na primeira metade de Setecentos e será também suportada pela exposição de vários casos de contrabando verificados ao longo de todo esse período. Para isso, será bastante importante a informação relatada pelos diplomatas, que informavam regularmente a sua Corte sobre estas situações, ao mesmo tempo que recomendavam acções correctoras, sendo a necessidade de um maior controlo sobre o contrabando uma das suas maiores preocupações. Por último, tentar-se-á analisar as pressões exercidas nos principais portos para limitar a influência dos comerciantes estrangeiros no comércio colonial.

NOTA BIOGRÁFICA

Professora efetiva da Faculdade de História da Universidade Federal do Pará -Campus de Ananindeua (Brasil). É doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de

Janeiro (2013). Atualmente é Coordenadora de TCC da Faculdade de Licenciatura em História - Campus de Ananindeua e atua nos Programas de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) e nas Especializações de Ensino de História e de História Agrária da Amazônia Contemporânea. Tem experiência docente na área de História, com ênfase em Teoria e Metodologia da Pesquisa e do Ensino de História, História da Amazônia e História do Brasil. Também atua em projetos de pesquisa nos seguintes temas: comércio na Amazônia e Caribe dos séculos XVIII-XIX, relações comerciais e Sociedades Mercantis entre negociantes de Belém, Lisboa e Caiena, concepções de História no Ensino e as relações étnico-raciais nas avaliações do SINAES, comunidades negras rurais-quilombolas. É conselheira, desde 2013, da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE) e é líder no Grupo de Pesquisa Espaços e Poder: Histórias. Possuo as seguintes publicações:

BASTOS, C. A. C. ; LOPES, Siméia de N. . Comercio, conflictos y alianzas en la frontera luso-española: Capitanía de Río Negro y provincia de Maynas, 1780-1820. Procesos: revista ecuatoriana de Historia, v. 1, p. 83-108, 2015.

LOPES, Siméia de N. A praça comercial de Belém e a conquista de Caiena. In: Adilson J. I. Brito; Carlos Augusto de castro Bastos. (Org.). Entre Extremos: Eperiências fronteiriças e transfronteiriças nas regiões do Rio Amazonas e do Rio da Prata - América Latina seculos XVI-XX.. 61ed.Curitiba: Editora CRV, 2018, v. 1, p. 279-295.

LOPES, Siméia de N.. A praça comercial de Belém: negociantes e circuitos mercantis (1790 a 1808). In: Rafael Chambouleyron, José Alves de Souza Junior. (Org.). Novos Olhares sobre a Amazônia Colonial. 1ed.Belém: Paka-Tatu, 2016, v. , p. 389-406.

DIA 6

PODER

Romário Sampaio Basílio
NOVA FCSH
rsb@campus.fcs.unl.pt

O BISPO E O OUVIDOR NO MARANHÃO: CONFLITO ENTRE PODERES, IDEIAS E VERSOS NO IMPÉRIO LUSO- BRASILEIRO (1785-1819) *

.....

Nesta comunicação exponho extratos da trajetória do bacharel português Manuel António Leitão Bandeira enviado como Ouvidor Geral ao Maranhão e do Bispo D. António de Pádua, também enviado ao Bispado daquela capitania no final do Setecentos. O bacharel em trânsito pelo Império, atuou em diversas instâncias burocráticas e, pelas hierarquias, também utilizou a Economia Política como forma intelectual e erudita de se corresponder e estabelecer conexões com o Reino. O Bispo, já tendo publicado em Lisboa libelos e outros impressos, possuía conexões com grande parte dos principais ministros e secretários dos consulados Pombalino e Mariano, assim como o seu adversário. Os extratos resgatados demonstram a articulação dos sujeitos com o campo intelectual onde estava inserido e dos usos da Economia política e do memorialismo das mais variadas formas, seja para a recepção de mercês ou mesmo do estabelecimento de uma interlocução e reconhecimento intelectual. Bandeira, um “burocrata ilustrado”, colocou em circulação não só um largo conjunto de escritos memorialísticos e ensaísticos, mas também poéticos e dramáticos que foram postos tanto a serviço de seus interesses pessoais como de grupo. O Bispo e o ouvidor envolveram-se em um longo conflito que foi registrado em correpondências e memórias que detalham guerras de ofícios, ofensas públicas, circulação de versos satíricos e depreciativos, ameaças de excomunhão e até mesmo tentativas de assassinato. Dos espaços religiosos e da desembargadoria, o burocrata e o Bispo expressaram numerosa parcela de “intelectuais médios” que não experimentaram grande êxito intelectual em vida e nem mesmo suficiente prestígio que os possibilitasse escapar da “morte da memória” operada por uma historiografia contemporânea que se concentrou na geração seguinte, que assistiu e participou ativamente na Revolução do Porto (1820). Sem serem autores de grandes contribuições, seja para a Economia política, História natural, teologia ou mesmo para a Poesia, e inseridos numa “cultura burocrática ilustrada” estiveram num circuito de circulação e difusão de saberes, tanto como produtores de discursos como proporcionadores das dinâmicas de difusão bibliográficas.

PALAVRAS-CHAVE: Maranhão. Império Luso-brasileiro. Impressos. Manuscritos.

NOTA BIOGRÁFICA

Graduado em História pela Universidade Estadual do Maranhão, Brasil (2014); mestre em História Moderna e dos descobrimentos pela Universidade Nova de Lisboa (2014-2016); Doutorando em Estudos sobre a Globalização, pela Universidade Nova de Lisboa (2016-). Pesquisador do Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI) e do Núcleo de Estudos do Maranhão Oitocentista (NEMO). Tem experiência na área de História do Brasil e de Portugal. Foi bolsista de CNPq (2012-2014), pesquisador BATI II FAPEMA (2015) e pesquisador BATI III UEMA (2016-2017). Atualmente é bolseiro FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Ana Lunara da Silva Morais

PIUDHist-FCT/CIDEHUS - Universidade de Évora

lunara_ana@hotmail.com

TRANSMISSÃO ONOMÁSTICA ENTRE AS GERAÇÕES DAS FAMÍLIAS DA NOBREZA DA TERRA DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO. AMÉRICA PORTUGUESA, SÉCULOS XVI-XVIII

Durante o Antigo Regime português, e em seus domínios, não havia uma imposição sobre a forma que os indivíduos transmitiam seus apelidos aos seus descendentes. A regulamentação sobre isso teve origem em Portugal e no Brasil somente nas primeiras décadas do século XX. Diante da falta de regulamentação, muitas famílias, sobretudo, as que aspiravam a nobreza, utilizaram a transmissão do apelido de suas famílias de forma estratégica para perpetuar a memória de seus ancestrais.

A historiografia brasileira pouco se dedicou ao tema de forma aprofundada, isso pelo fato de as investigações sobre família na América portuguesa possuírem por vezes um restrito universo de observação (número de indivíduos analisados) e com recortes temporais e geográficos bastante limitados. Nesse sentido, tal historiografia não é conclusiva a respeito do tema. Nesse sentido, buscando evidenciar a pluralidade de modelos de reprodução social da América portuguesa, e por consequência, dos modelos de transmissão dos apelidos, é que se analisará a transmissão dos apelidos de algumas das famílias da nobreza da terra da capitania de Pernambuco.

As famílias analisadas são exemplos de reprodução biológica e social bem sucedidas. Tratam-se de cinco famílias quinhentistas: Albuquerque Fragoso (descendência de Joana de Albuquerque e Álvaro Fragoso), Albuquerque (descendência de Cristóvão de Albuquerque e Inês Falcão), Cavalcanti, Pais Barreto e Rego Barros; e três seiscentistas: Camelo Pessoa, Carneiro da Cunha e Vieira de Melo. Essas oito famílias, por mecanismos plurais de atuação, sobreviveram nas Capitanias do Norte (Pernambuco, Paraíba, Itamaracá, Ceará e Rio Grande do Norte) até ao menos finais do século XVIII.

Assim, a análise da transmissão dos apelidos tem como objetivo perceber a relação entre a sobrevivência das famílias e a perpetuação de sua memória e identidade por meio dos

apelidos. Para tanto, será utilizado um banco de dados com mais de 540 indivíduos, membros das referidas oito famílias, dos quais grande parte é possível verificar os nomes dos pais, avôs e avós maternos e paternos. Tal banco, por seu conteúdo, viabilizará analisar a origem e frequência dos apelidos transmitidos, incidindo sobre a(s) lógica(s) de transmissão dos apelidos e mesmo a sua mudança ao longo dos séculos XVI-XVIII.

Integram ao banco de dados fontes de diversas naturezas: genealogias, habilitações do Santo Ofícios, habilitações em ordens militares, habilitações na Casa Real, testamentos, inventários, escrituras de compra e venda de terras, sesmarias, solicitações de ofícios, bens entre outras mercês, etc. Oriundas do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Histórico Ultramarino, Biblioteca Nacional de Lisboa, Instituto Arqueológico, Geográfico e Histórico de Pernambuco, Arquivo Público do Estado de Pernambuco, entre outros.

NOTA BIOGRÁFICA

Licenciada (2014) e bacharel (2011) em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestre em História e Espaço pelo Programa de Pós Graduação da mesma universidade. Atualmente é doutoranda em História pelo Programa Inter-Universitário de Doutorado em História (PIUDHist) e vinculada ao Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDEHUS) da Universidade de Évora. Membro do Laboratório de Experimentação em História Social (LEHS) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Colaboradora da Plataforma SILB (Sesmarias do Império Luso-brasileiro), base de dados sobre as sesmarias concedidas pela Coroa portuguesa no mundo Atlântico. Orientada pela professora doutora Mafalda Soares da Cunha (CIDEHUS). Publicou: "Conflitos pela posse de localidades pesqueiras da capitania do Rio Grande: séculos XVII-XVIII" (Revista Em Perspectiva, 2016, p. 57-72); "QUANTO PEIXE SE COMPRA COM UM VINTÉM? Análise da atividade pesqueira e as querelas derivadas desta na capitania do Rio Grande, 1650-1750" (Revista Ultramares, 2014, p. 196-22); e em co-autoria com Carmen Alveal "Nada mais que o necessário para a criação de quatro vacas e quatro cavalos": estratégias de moradores da Capitania do Rio Grande para tomar as terras da Companhia de Jesus. In: MACEDO, H. M. M.; SANTOS, R; S. (Org.). Capitania do Rio Grande: histórias e colonização na América portuguesa. 1ªed.Natal; João Pessoa: EDUFRN; Ideia, 2013, p. 45-58. Bolseira CAPES nº 99999.001066/2015-03.

Renata Silva Fernandes
Universidade Federal de Juíz de Fora
renatacjm@gmail.com

ESPERAM RECEBER MERCÊ: AS PETIÇÕES DO ULTRAMAR E AVALIAÇÃO DA AUTORIDADE

As críticas ao chamado “paradigma estadualista” como matriz para compreensão das formas de organização e exercício do poder político na Europa Moderna estão no cerne de um amplo movimento de renovação historiográfica que encontrou, nas últimas décadas, um terreno frutífero na historiografia portuguesa, espanhola, francesa, anglo-saxã e italiana. No bojo desse movimento, muitas certezas foram dinamitadas. O questionamento da centralidade escatológica da “centralização” na Época Moderna e, com ele, da projeção, no Antigo Regime, dos Estados liberais contemporâneos, ensejou, de um lado, uma série de estudos voltados para os mecanismos e efeitos do poder que não passavam pelo complexo institucional régio, e, de outro, reflexões inerentes à organização do poder nas monarquias corporativas que lançaram novas luzes sobre os próprios “poderes do centro” e suas estruturas institucionais.

Uma das facetas dessa renovação problematiza as formas de comunicação política entre o “centro de poder” e os diferentes agentes, corpos e instituições espalhados pelos territórios de seus domínios. Nessa direção, minha proposta de comunicação centra-se em uma forma específica de “garantia de direitos” inscrita no ordenamento jurisdicional pluralista da monarquia portuguesa que foi amplamente utilizado pelos súditos do ultramar: as petições. A análise recairá nas petições remetidas por vias extrajudiciais as instituições e agentes do complexo institucional que se centravam em apelos e queixas contra os atos e/ou as autoridades públicas de modo a pleitear amparo ou proteção a seus direitos ou de outrem tendo em vista o bem público. Para essa análise, considerarei especialmente as petições que passaram pelo Conselho Ultramarino e/ou pela Secretaria de Estado dos Negócios do Ultramar entre meados do século XVIII e início do século XIX.

Nessa comunicação a análise recairá, especificamente, na *dimensão epistemológica e narrativa* que comporta essas petições. O objetivo será o de indicar protocolos formais e o emprego de recursos retórico-discursivos de modo a apreender a parâmetros

ontológicos, social e coletivamente compartilhados, de avaliação e julgamento do exercício da autoridade e das razões verossimilmente aceitas para a apresentação dessas petições e/ou para intervenção do soberano.

NOTA BIOGRÁFICA

Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, com bolsa CAPES/DS. Membro do Núcleo de Estudos em História Social da Política, grupo de pesquisa vinculado à Universidade Federal de Juiz de Fora e ao CNPQ. Realizou estágio de pesquisa na *École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris*. Atuou como professora substituta no Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Suas pesquisas se voltam para a história das instituições e a história política do Brasil Império.

Publicações relevantes

FERNANDES, Renata Silva. "Confiados na justiça da sua causa, sabedoria, e incansável zelo a prol da Província": o Conselho de Geral de Minas Gerais como espaço de participação dos cidadãos (1828-1834). *ALMANACK*, v. 18, p. 289-329, 2018.

FERNANDES, Renata Silva. Unir e dividir: as controvérsias em torno da organização político-administrativa do território na Província de Minas Gerais (1825-1834). *REVISTA DE HISTÓRIA REGIONAL*, v. 22, p. 289-308, 2017.

FERNANDES, Renata Silva. O modelo de administração departamental francês e a organização das províncias do Império do Brasil (1823-1834). *TEMPORALIDADES*, v. 9, p. 389-403, 2017.

FERNANDES, Renata Silva. Uma capa de velhacos? Os Conselhos de Governo e a organização político-administrativa provincial. *Clio (Recife)*, v. 2, p. 198-222, 2015.

Virgina Vera Morín
Universidad de Sevilla
veramorin24@outlook.es

LA FORMACIÓN DE ÉLITES LOCALES BASADAS EN AGENTES EXTRANJEROS. EL CASO DE LOS BOTTI (S.XVI)

Abordaremos el estudio de la formación de élites locales con personajes extranjeros, en este caso, comerciantes, su ascenso social gracias a su enriquecimiento debido a sus empresas comerciales tanto en la Baja Andalucía como en Canarias.

Los objetivos que nos proponemos alcanzar con esta comunicación son básicamente tres. En primer lugar, analizar el asentamiento de italianos, concretamente los toscanos, en la Baja Andalucía y Canarias. Posteriormente, como se enriquecen y van incorporándose a las élites locales. Para finalmente, estudiar como conforman auténticas élites sociales allí donde se asientan.

Suelen barajarse apenas una veintena de nombres; apellidos ilustres ennoblecidos a través de los años por las riquezas acumuladas por medio de actividades mercantiles. En el siglo XVI, la red de las compañías florentinas estaba presente en los mercados más importantes, teniendo estrecha relación con lo que llamaremos la casa matriz. El jefe de la compañía, en el caso de las empresas florentinas, estaba siempre en Florencia. Los productos con los que comercian estos grupos serían la lana y la seda entre otros.

Desde los años 80 del siglo pasado, el interés que despiertan por estos linajes extranjeros que conforman una burguesía rica y socialmente relevante, nos ha llevado al estudio de algunos casos concretos, individuos del comercio y familias comerciantes. Se trata de una microhistoria, donde al margen del interés que suele despertar en sí mismo el conocimiento de la trayectoria de los individuos, se hace a través de ellos un análisis de la estructura social y de sus protagonistas, pese a que no sea conveniente la generalización a partir de estos estudios de casos concretos.

Para llevar a cabo este trabajo, nos apoyaremos en los fondos del Archivo Histórico Provincial de Sevilla (Sección de Protocolos Notariales de Sevilla) y el Archivo Histórico

Provincial de Santa Cruz de Tenerife. En estos archivos podemos encontrar el grueso de sus transacciones mercantiles así como otros documentos relativos a su vida personal, que permiten reconstruir con mayor precisión sus intereses. En este sentido, los expedientes de limpieza de sangre custodiados en el Archivo Histórico Nacional en la Sección de Órdenes Militares permitirán mejorar la reconstrucción genealógica de esta y otras familias; y también la rica documentación que se encuentra en la Sección Nobleza de dicho archivo

NOTA BIOGRÁFICA

Sergio Ramírez González
Universidad de Málaga
0610150650@uma.es

ORNATO Y Suntuosidad barroca en tierra hostil: las imágenes religiosas de la Iglesia del Peñón de Vélez de la Gomera

A lo largo de la Edad Moderna las costas y ciudades norteafricanas fueron piezas fundamentales en los intereses estratégicos hispanos. Por esta razón se materializaron numerosas actuaciones relacionadas con el despliegue de un diseño militar de fortificación, donde se emprendería asimismo la construcción de inmuebles religiosos tan necesarios para la asistencia espiritual de la población. A pesar de la lejanía de la península y, sobre todo, de las condiciones políticas, humanas, comerciales, geográficas y climatológicas sumamente hostiles tales lugares lograron hacerse con un patrimonio artístico religioso de muy buen nivel, el cual mantuvieron durante un extenso periodo de tiempo y corrió diferente suerte según el emplazamiento analizado. El presente trabajo abordará el caso de la iglesia del Peñón de Vélez de la Gomera y, en concreto, de las imágenes escultóricas de los siglos XVII y XVIII convertidas en verdaderos focos de devoción, merced a su labor intercesora y el poder de atracción generado mediante el realismo barroco fundamentado en los postizos, complementos y ajuares donados por particulares e instituciones. Algo que acercaba a los fieles a la imagen, que lo hacía identificarse con ella y considerarla como algo propio. Inventarios de la época, testamentos, libros de cofradías y documentos epistolares ayudarán a hacernos una idea de la riqueza decorativa y artística que detentaron las referidas imágenes en un momento dado, de cara a comprender lo que fue y ya no es, es decir, el esplendor existente durante la Edad Moderna hoy desaparecido y disperso casi en su totalidad por las circunstancias históricas que les tocó vivir.

NOTA BIOGRÁFICA

Sergio Ramírez González es licenciado en Geografía e Historia (1999) y doctor en Historia del Arte (2006) -con mención de doctorado europeo y Premio Extraordinario- por la Universidad de Málaga, donde imparte docencia como profesor ayudante doctor y trabaja

vinculado a proyectos de investigación. Tales méritos han sido ampliados mediante las estancias realizadas en centros extranjeros, especialmente en Roma. Centra sus principales líneas de investigación en la arquitectura y artes plásticas del Renacimiento y Barroco, al tiempo que atiende otros aspectos relacionados con la historia, la antropología y la mentalidad de la Edad Moderna. En los últimos años están siendo constantes sus incursiones en los campos de la ingeniería militar y el arte norteafricano en sus distintas manifestaciones. Ha publicado numerosos estudios al respecto a modo de artículos, capítulos de libro y obras monográficas. A su vez, desempeña tareas docentes en el Centro de la UNED en Málaga.

Paulo Dias
CHAM NOVA-FCSH
pm.dias92@gmail.com

UM CORDEIRO ENTRE LOBOS: A MISSÃO DE LOPO FERNANDES A MARRAQUexe (1506)

No Outono de 1506, Lopo Fernandes, escudeiro da Guarda Real, partiu de Lisboa rumo ao Castelo Real de Mogador. Daí, deveria seguir numa missão secreta a Marraquexe, cidade já então desejada pela Coroa portuguesa. A missão de que fora incumbido pelo rei D. Manuel I era de particular importância: devia analisar as defesas de Marraquexe, tanto em termos de fortificações como em número de defensores, e verificar se valia a pena, em termos económicos, proceder à conquista da região em torno da cidade.

A missão secreta de Lopo Fernandes inseriu-se no processo de expansão portuguesa em Marrocos, que no reinado de D. Manuel I ganhou novo fôlego. A acção de Lopo Fernandes demonstra, em particular, o forte interesse da Coroa portuguesa pelo sul de Marrocos, sendo que, a breve trecho, seriam conquistadas naquela região praças como Safim (1508) e Azamor (1513). De facto, a demanda de Lopo Fernandes consistiu, sobretudo, numa primeira tentativa de recolha de informações que pudessem auxiliar o avanço português na região. Esse facto não era alheio aos governantes locais, em particular o alcaide de Safim, que procurou impedir o seu prosseguimento ao colocar a prémio a cabeça do agente português, que por então se fazia passar por embaixador enviado a Marraquexe.

Até nós chegaram tanto o regimento dado pelo rei ao seu escudeiro da Guarda Real como a carta que aquele dirigiu ao rei no final da missão. Ambos os documentos são de suma importância para conhecer como eram concebidas e postas em prática missões de espionagem em inícios do século XVI. De facto, na missão de Lopo Fernandes houve um pouco de tudo o que pode ser associado à espionagem, mesmo nos dias de hoje: desde perigo de morte e situações em que o agente português escapou com grande dificuldade, até ao uso de disfarces e identidades falsas para poder passar despercebido entre as tribos locais.

Assim sendo, a nossa comunicação centrar-se-á nesta missão de espionagem, que até ao presente momento não foi estudada e nem sequer referida por nenhum autor, nem mesmo os cronistas como Damião de Góis ou Bernardo Rodrigues, enquadrando-a no plano mais vasto do avanço português no sul de Marrocos no reinado manuelino, por forma a compreender a forma como decorreu e a importância de que se revestiu.

NOTA BIOGRÁFICA

Paulo Dias é licenciado em História (2013) e mestre em História Moderna e dos Descobrimentos (2015) pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-NOVA). A sua dissertação de mestrado, *A conquista de Arzila pelos Portugueses - 1471*, foi galardoada com o Prémio Defesa Nacional relativo a 2016 atribuído pela Comissão Portuguesa de História Militar. Desde 2015 que integra o CHAM - Centro de Humanidades enquanto assistente de investigação. Entre as suas publicações contam-se dois livros de divulgação histórica: *História de Portugal* (Verso da Kapa, 2016) e *A Vida e Feitos dos Navegadores e Descobridores ao serviço de Portugal: 1419-1502* (Verso da Kapa, 2017). Actualmente, é doutorando em História na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-NOVA).

Sergio Bravo Sánchez
Universidad Complutense de Madrid
serbravo@ucm.es

EL NORTE DE ÁFRICA EN EL HORIZONTE POLÍTICO DE LA EMPERATRIZ ISABEL

La Emperatriz Isabel de Portugal (1503 - 1539) rigió los destinos de la Monarquía Hispánica durante siete años sobre un total de diez de actividad política, entre los años 1528 y 1538. Durante las ausencias de su esposo el César Carlos, la Emperatriz se enfrentó a varias cuestiones de gobierno, entre las que destaca sobre todas las demás la política para con el Norte de África, convirtiéndose también en el asunto al que ella misma dio mayor importancia.

Por más de tres siglos tuvo la Monarquía Hispánica una presencia notable en el Norte de África. Olvidada y poco conocida, se suele reducir a unas pocas líneas en la mayoría de obras y queda, por lo general, presentada como un elemento menor. No obstante, las cuestiones del Norte de África no ocuparon espacios secundarios en el imaginario gubernativo de la Monarquía durante los siglos XV, XVI y XVII.

En la década de 1530, los ataques berberiscos a las costas levantinas españolas se multiplicaron como lo hicieron los asedios a las plazas de soberanía castellanas del Norte de África, en lo que podemos denominar una reactivación de las hostilidades del mundo magrebí frente a la Monarquía. En el contexto del reinado imperial de Carlos de Habsburgo, con el enfrentamiento con los otomanos como telón de fondo, las cuestiones norteafricanas fueron tenidas como elementos internos de las Coronas de Castilla y Aragón, y, por ende, asunto competencia de la Emperatriz como Gobernadora General.

Con el punto de referencia indispensable en los preparativos de una jornada para tomar Argel, el Norte de África se disipa como la prioridad absoluta en el horizonte político de la Emperatriz Isabel. Entender las motivaciones de la presencia española en esta región, describir la coyuntura internacional y la importancia estratégica de controlar la zona y

sumar todo ello a un análisis crítico de la política carolina quedan dispuestos como los grandes elementos de esta comunicación.

La mirada crítica sobre las fuentes primarias disponibles al respecto, situadas fundamentalmente en el Archivo General de Simancas, sección Guerra Antigua, acompañada de la historiografía sobre la materia permiten reflexionar en torno a dos grandes ejes; en primer lugar, la política norteafricana de Carlos V, y, por otro lado, las dinámicas de gobierno de las Coronas de Castilla y Aragón durante los periodos en los que la Emperatriz se encontró al frente de ellos.

NOTA BIOGRÁFICA

SERGIO BRAVO SÁNCHEZ (serbravo@ucm.es). Madrid, 06 de junio de 1995. Personal docente e investigador en formación (contrato FPU), Departamento de Historia Moderna e Historia Contemporánea de la Facultad de Geografía e Historia de la Universidad Complutense de Madrid.

Graduado en Historia por la UCM (junio 2017), con Premio extraordinario al mejor expediente académico. Máster en Historia de la Monarquía Hispánica en la misma Universidad (junio 2018), con una media de 9,71.

Becario de introducción a la investigación en el Departamento de Historia Moderna y Contemporánea del Instituto de Historia del CSIC (octubre - noviembre 2017).

Becario del Ministerio de Educación, Ciencia y Deporte de colaboración con departamentos universitarios, curso 2017 - 2018, en el Departamento de Historia Moderna e Historia Contemporánea de la Facultad de Geografía e Historia de la Universidad Complutense de Madrid.

Comunicaciones y ponencias en varios foros:

- “Las gobernaciones de la Emperatriz Isabel. Estado de la cuestión”. Seminario internacional de investigación: *La evolución de las élites femeninas en el espacio cortesano: mecenazgo, política y espiritualidad, ss. XVI - XVII*. Facultad de Geografía e Historia, UCM. 18 de julio de 2017.
- “Los Emperadores en movimiento. Las entradas de Carlos V e Isabel de Portugal en Sevilla (1526) y Ávila (1531)”. Taller *El viaje del Rey. Rituales, escenarios y espacios en*

las jornadas de los monarcas españoles (ss. XVI - XVIII)". XIV Semana de la Ciencia. Facultad de Geografía e Historia, UCM. 15 de noviembre de 2017.

- "Las mujeres de la Casa de Austria y el ejercicio del poder real. Las gobernaciones de la Emperatriz Isabel". *III Congreso Internacional de Jóvenes investigadores Mundo hispánico: cultura, arte y sociedad* organizado por la Universidad de León y celebrado en la Facultad de Filosofía y Letras de dicha universidad los días 15, 16 y 17 de noviembre de 2017.
- Organización del I Seminario de Estudio "Nuevos métodos y propuestas historiográficas para la Edad Moderna hispánica". Coordinación de la Mesa - Taller "Mujer y poder. Nuevas miradas más allá de la perspectiva de género". Facultad de Geografía e Historia, UCM. 21 de febrero de 2018.
- "Poder, despacho y gobierno en la formación de la Monarquía Hispánica. El papel de las gobernaciones de la Emperatriz Isabel (1528 - 1538)". Seminario de investigación del CSIC. 26 de febrero de 2018.
- "La conversión de San Francisco de Borja en el teatro español del Siglo de Oro y la construcción de una España sacralizable" en el Congreso internacional: *La construcción del artista. Redes de sociabilidad en los Siglos de Oro* celebrado en la Facultad de Filología de la Universidad Complutense de Madrid los días 14, 15 y 16 de noviembre de 2018.
- "Italia en el horizonte político de los Emperadores Carlos V e Isabel de Portugal: divergencias para una reflexión" en el Workshop: *Corte y ciudad en la Italia moderna* celebrado en la Universidad Rey Juan Carlos el 27 de noviembre de 2018.
- "Los Grandes ante las gobernaciones de la Emperatriz Isabel: estrategias de linaje, procesos de consolidación y elementos de fricción" en el Congreso internacional: *Construire l'identità nobiliare tra Monarchia spagnola e Italia. Lignaggi, potere e istituzioni (sécoli XVI-XVIII)* que tuvo lugar en la Universidad de Bérgamo entre el 10 y el 11 de diciembre de 2018.
- "La Emperatriz Isabel y el gobierno de la Monarquía. Mujer y poder en el Renacimiento español" en el Congreso internacional *Monarchy and modernity* celebrado en la Universidad de Cambridge los días 08 y 09 de enero de 2019.

Andreia Fontenete Louro
NOVA-FCSH
andreia.c.f.louro@hotmail.com

D. ISABEL DE BRAGANÇA: PODER PESSOAL E INSTITUCIONAL EM CONTEXTO RELIGIOSO

A nossa proposta de comunicação diz respeito a uma figura feminina e a um meio social bem definidos: a corte portuguesa no século XVI, cruzando dois cenários áulicos centrais do Portugal quinhentista - a corte régia e a corte da Casa de Bragança, a mais importante das casas aristocráticas portuguesas. Essa figura é a de D. Isabel de Bragança (1511/12? - 1576), filha de D. Leonor de Mendonça e de D. Jaime I, e irmã de D. Teodósio I, quarto e quinto duques de Bragança, respectivamente.

D. Isabel, tal como tantas outras, é uma personagem difícil de localizar e estudar. Encontramo-la mais assiduamente a partir de 1530, no espólio epistolar de seu pai. Este corpo documental revela-nos as longas e complexas negociações, entre a Casa Real e a Casa de Bragança, em torno do seu casamento com o infante D. Duarte (1515-1540), filho de D. Manuel I e D. Maria de Aragão, irmão de D. João III.

Em 1537, com contrato assinado no ano anterior, casaram, numa magnífica cerimónia em Vila Viçosa, cujos eventos duraram cerca uma semana. Esta cerimónia, nas suas várias vertentes, é o objecto de estudo da nossa dissertação de mestrado em História Moderna, em curso.

O casamento durou pouco tempo, pois D. Duarte faleceu em Outubro de 1540. D. Isabel viu-se, deste modo, viúva, com duas filhas pequenas e grávida pela terceira vez. No entanto, o seu percurso de vida posterior à viuvez foi bastante destacado em vários aspectos, como tentaremos demonstrar, sobretudo nesta época e no seu estrato social, nos quais as mulheres se viam, de forma geral, condicionadas pelo poder patriarcal e confinadas à domesticidade, ainda que cortesãs.

Figura ainda pouco conhecida, apesar do seu estatuto social e dos estreitos laços com a rainha D. Catarina de Áustria, D. Isabel teve um assinalável papel mecenático, intelectual e religioso.

Com base em documentação de vária ordem sobre D. Isabel, o objectivo da nossa comunicação será apresentar alguns dados biográficos inéditos, e explorar a sua actuação: do mecenato à religiosidade, da erudição às relações pessoais e de poder, pretendemos apresentar um ponto de situação da nossa investigação, mostrando como D. Isabel se inseria no patamar das singulares mulheres da corte portuguesa quinhentista e, como outras, ultrapassou largamente o papel social conferido às mulheres da nobreza no século XVI.

NOTA BIOGRÁFICA

Andreia Fontenete Louro licenciou-se em História (2016) pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, instituição na qual continua, actualmente, o seu mestrado na vertente de História Moderna e dos Descobrimentos.

Orientada pela Professora Doutora Ana Isabel Buescu, na sua dissertação - intitulada *Um Casamento Aristocrático em 1537: Festas, Ostentação e Poder em Vila Viçosa* -, tem estudado as estratégias de demonstração de poder da Casa de Bragança, através de vários elementos constituintes da cultura material presente na cerimónia. Em termos de investigação, já participou num trabalho dirigido pelo Professor Doutor Daniel Alves, acerca dos lojistas em Lisboa, na transição do século XIX para o século XX (2014), mas também no projecto *O Consumo Artístico em Portugal na Idade Moderna*, coordenado pelo Professor Doutor Nuno Senos, na modalidade de opção livre de licenciatura (2015). Além disso, cooperou no processo de alteração de cotas na Biblioteca Mário Sottomayor Cardia (NOVA FCSH), de Fevereiro a Julho de 2017.

Colaborou com o comité organizador do Congresso Internacional de Humanidades Digitais, organizado pelo Professor Doutor Daniel Alves (2015). Em 2016, integrou a comissão executiva do colóquio *O Sentido do Gesto e a sua Memória - A Vida Quotidiana ao longo da História*, realizado na NOVA FCSH. Em Abril de 2018, envolveu-se na organização do colóquio «*Lembrar-me-ei desta noite, nem que viva mil anos*»: *Ritmos, Vivências e Percepções da Noite na Época Moderna*, no mesmo local, no qual, em parceria

com André Godinho, apresentou a conferência “Os lumes das noites emulavam o céu nas estrelas: a Iluminação Festiva nos Séculos XVI e XVII”.

Álvaro Bueno Blanco
Universidad Carlos III de Madrid
alvarobuenob@gmail.com

LA CARRERA DIPLOMÁTICA EN EL SIGLO XVII: FAMILIA Y CURSUS HONORUM DEL MARQUÉS DE MIRABEL.

La diplomacia se convirtió en una de las vías más importantes para el ascenso social durante los siglos XVI y XVII por el prestigio y rango que confería ser designado para uno de esos puestos y por las recompensas que se obtenían por el servicio en las legaciones. La aristocracia jugó en ello un papel esencial, anhelando esos puestos.

Tan atractivas eran las embajadas para la nobleza como importante para los gobiernos la correcta designación de aquellos que debían ocupar cargos de tan alta responsabilidad. Ya en la época tratadistas como Benavente y Benavides afirmaban que “la acertada elección de un embajador podría ser la acción mayor que un Príncipe obrase en su vida”. El escoger el candidato ideal, dada la trascendencia de la decisión, era misión no poco complicada. Se debían tener en cuenta una serie de características económico- sociales importantes, haber demostrado anteriormente la valía personal ocupando otros puestos de la administración y, por supuesto, gozar de apoyos en la corte.

En la presente comunicación pretendemos exponer cómo llegó a ser elegido el marqués de Mirabel, quien fue designado embajador ordinario en París en 1618 y desempeñó dicho cargo entre 1620 y 1632, una época, además, fundamental en las relaciones hispano-francesas. Nuestro objetivo será estudiar el *cursus honorum*, o “hebra de los empleos” como se conocía en la época, del personaje, es decir, las funciones que desempeñó antes de su designación y en qué ámbitos mostró sus capacidades y aptitudes políticas que convencieron al monarca de que era el candidato idóneo para la embajada francesa. También es necesario aproximarse al entorno y las vinculaciones familiares, cómo continuó con tradiciones de algunos antepasados en el servicio al Estado y los apoyos que le proporcionó en la corte la pertenencia a un determinado linaje, emparentado como estaba con los Dávila y los Zúñiga. Añadiendo a todo ello las circunstancias particulares de esta embajada que hicieron que se valoraran otras características del aspirante: la presencia en París de una infanta española, Ana de Austria.

Se convertía así la misión diplomática en una embajada de familia, siendo fundamental el envío a Francia de una persona de confianza que la acompañara.

En el marco de una investigación mayor que pretende estudiar el rol que desempeñó la nobleza en la diplomacia, este estudio de caso permite hacer una aproximación a la manera en que se accedía a las embajadas, qué factores influían a la hora de elegir a un candidato y cómo las redes clientelares permitían medrar en la carrera administrativa hasta alcanzar puestos de responsabilidad.

NOTA BIOGRÁFICA

Álvaro Bueno es graduado en Historia, con especialidad en Historia Moderna, por la Universidad Complutense de Madrid; misma entidad en la que realizó el Máster en Historia de la Monarquía Hispánica. Actualmente, está realizando sus estudios de doctorado en la Universidad Carlos III de Madrid bajo la dirección del catedrático David García Hernán; una tesis que estudia los réditos que obtuvieron las familias nobiliarias del servicio al soberano.

Ha realizado ya distintas investigaciones sobre la nobleza en la Edad Moderna, especialmente en los siglos XVI y XVII, con especial atención al servicio de la aristocracia, principalmente, en el ejército y en la diplomacia. Unas aportaciones que ya se han visto reflejadas con la participación en congresos y publicaciones especializadas, tanto de ámbito nacional como internacional.

Héctor Linares González
Universidad Autónoma de Madrid
hector.linares@uam.es

“HAGAN LOS REYES MERCEDES, QUE A ESTO A TODOS AGRADA, Y A TODOS OBLIGA”. LA REMUNERACIÓN DE SERVICIOS A LOS MIEMBROS DE LOS OFICIOS DE LA CASA DE FELIPE III A TRAVÉS DE MERCEDES DE LAS ÓRDENES MILITARES DE CASTILLA (1598-1621)

Como es sabido, la lógica del servicio-merced se convirtió en el binomio que caracterizó las relaciones entre rey y reino durante la mayor parte del Antiguo Régimen. En este sentido, los individuos que tenían el privilegio de servir de forma más directa a los soberanos de Castilla eran los que mayores probabilidades poseían de ser recompensados con alguna gracia o merced regia. Nos referimos al valido, a los ministros del monarca, consejeros, secretarios, y por supuesto, a los oficios de las casas del rey y la reina. La debilidad financiera de la monarquía católica en el siglo XVII hizo que la corona comenzase a sustituir la concesión de mercedes pecuniarias por las honoríficas, algo que afectó de lleno a las órdenes militares castellanas, cuyo patrimonio y títulos comenzaron a ser utilizados como sistema de remuneración de servicios. De esta forma, en este trabajo, y siguiendo la metodología marcada por la historiografía lusa (F. Olival, N. Monteiro, M. Soares e I. Vêrsos), hemos realizado un estudio de la concesión de caballeratos y encomiendas de las tres caballerías de Castilla a mayordomos y gentilhombres de la Casa de Felipe III (1598-1621). Asimismo, hemos querido mostrar una especial atención a las posibles redes clientelares y de parentela que el valido del rey, el duque de Lerma, pudo haber configurado tanto en las órdenes como en la Casa del rey, suponiendo, *de facto*, la monopolización de la cercanía y confianza regia.

Palabras clave: Órdenes Militares, Encomiendas, Hábitos, duque de Lerma, Felipe III.

NOTA BIOGRÁFICA

Felipe Garcia de Oliveira
Universidade Federal de São Paulo
f.g.o.410@hotmail.com

CULTURA JURÍDICA DA LIBERDADE E DO CATIVEIRO NOS AUTOS CÍVEIS SETECENTISTAS DA CIDADE DE SÃO PAULO

A utilização das instâncias judiciais pelos e contra os escravos vem, desde a década de 1980, chamando a atenção da historiografia brasileira. São inúmeros os trabalhos que inovaram o olhar ao utilizarem as ações de liberdade – processos iniciados por cativos que visavam sua liberdade de forma onerosa, ou não –, bem como as ações de escravidão e manutenção de liberdade – autos cíveis que versam sobre as tentativas de reescravização e anulação de um instrumento de liberdade. Nossa comunicação pretende, a partir de uma análise mais profícua dessas fontes judiciais discutir e apresentar possíveis tópicos nas argumentações em defesa e contra a alforria, verificar como os estes estavam sendo baseados por doutrinas ou pelas ordenações, analisar ainda estratégias jurídicas no desenvolvimento do processo e, igualmente, atentar-se aos modos como os juízes determinavam e julgavam a questão nas sentenças. Neste sentido, buscar-se-á discutir a cultura jurídica presente na documentação a partir da interface entre História e Direito. Para tal finalidade utilizaremos os autos cíveis encontradas para o século XVIII na cidade de São Paulo, que estão sob custódia do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Esta apresentação contempla um aspecto temático muito específico da investigação de mestrado que estamos desenvolvendo sob fomento da FAPESP, a pesquisa é intitulada “Ações Cíveis envolvendo escravos e forros na Cidade de São Paulo, 1722- 1797”, sob orientação da Professora Dra. Andréa Slemian, número de processo: 2017/05656-2.

Palavras-chave: Cultura jurídica; Escravos; Liberdade; São Paulo; Justiça.

NOTA BIOGRÁFICA

Licenciado e Bacharel em História pela Universidade Federal de São Paulo (2016). Atualmente é mestrando em História pela Universidade Federal de São Paulo, onde desenvolve o projeto de pesquisa "Autos cíveis envolvendo escravos e forros na Cidade de São Paulo, 1722- 1797", fomentado pela FAPESP e orientado pela Professora Doutora Andréa Slemian. É editor-chefe (2018) da Revista Discente do Programa de pós-graduação

da Unifesp, Revista Hydra. Tem interesse na área de Brasil colonial, Justiça, Direito e Escravidão.

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/0753598806213908>

DIA 6

DIRIGIR, DISCIPLINAR E TRANSGREDIR

Adriana Catarino
FL - Universidade de Lisboa
adriana.catarino@campus.ul.pt

A DIREÇÃO DA CONSCIÊNCIA DE D. JOÃO III: FREI JOÃO SOARES, CONFESSOR DO REI

Desempenhando um ministério árduo, não raras vezes complexo, o confessor régio era das figuras mais próximas do monarca, conhecendo as vicissitudes da sua vida e os problemas que afligiam a sua consciência. Nos aposentos privados teriam lugar as confissões, que não deixaram registo documental para a história, o que decorre naturalmente da natureza da própria confissão, obrigatoriamente de cariz secreto. Deste modo, o trabalho do historiador necessita de ter por base o cruzamento de fontes diversas, de natureza distinta, tendo em vista conhecer com a clareza possível os percursos de vida e a ação dos diretores de consciência dos soberanos.

É objetivo desta comunicação constituir uma primeira abordagem ao tema dos confessores régios durante o reinado de D. João III, enquadrando-se numa investigação de âmbito mais vasto que visa a elaboração da tese de mestrado. Apostados em contribuir para retirar da penumbra historiográfica uma figura que atuava em grande medida na sombra do soberano, dividimos a exposição em duas partes. A primeira, de âmbito mais geral, pretende incidir sobre a ambiguidade do papel do confessor, cuja ação em muito extrapolava a mera dimensão espiritual. Neste sentido, eram os confessores também conselheiros em matérias do foro político, realidade natural num período em que religião e política se interrelacionavam de forma profunda. Além disso, considerando o âmbito de atuação do confessor enquanto diretor de consciência do soberano, é da maior importância inserir a sua ação no universo em que desempenhava as suas funções, ou seja, na corte, na qual se movimentava, e na qual se gizavam amizades e inimizades, redes de poder e grupos de pressão.

Na segunda parte, centraremos a análise na figura do eremita de Santo Agostinho, Frei João Soares, que ocupou o confessionário de D. João III no período entre c. 1537 e 1545. Pretendemos, por um lado, atentar nas etapas de vida de Frei João antes de chegar a confessor do monarca: a sua formação e o percurso dentro da ordem a que pertencia e,

por outro, perceber como beneficiou da distribuição da “graça régia”, quais as mercês e cargos alcançados, como o de bispo de Coimbra. Por fim, consideramos por demais importante equacionar as questões de tão grande relevância que marcaram o reinado de D. João III, não apenas a nível político e económico, mas também pessoal e familiar. Neste âmbito de análise, interessa-nos observar de que forma D. João III buscou conforto espiritual junto do seu confessor em situações que terão sido de forte angústia, como a morte sucessiva dos seus filhos.

Palavras-chave: Cultura jurídica; Escravos; Liberdade; São Paulo; Justiça.

NOTA BIOGRÁFICA

Licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 2018. Encontra-se a frequentar, na mesma instituição, o mestrado em História, na especialidade de História Moderna e Contemporânea, preparando a dissertação sobre os confessores na corte de D. João III, pretendendo estudar os diretores de consciência do soberano, bem como os de D. Catarina de Áustria.

Diana Silva

FL - Universidade de Coimbra

dianasofsilva@gmail.com

A AULA DA NOBREZA LUSITANA DE DAMIÃO DE LEMOS FARIA E CASTRO: UM PROGRAMA-MODELO DE CONSTITUIÇÃO MORAL, INTELECTUAL E FÍSICA DO HOMEM- POLÍTICO SETECENTISTA

A linguagem dos corpos e dos comportamentos constituiu, para a sociedade Ocidental, em especial no período que se estende do século XVI ao século XVIII, simultaneamente, expressão e símbolo de uma profunda autoconsciência do conceito de *civilité*, cuja ingerência incidia não somente sobre a constituição mental como sobre, mormente, o *externum corporis decorum* (o decoro exterior do corpo) do Homem. As prescrições, reprovações e códigos de conduta que nas obras e tratados pedagógico- práticos de natureza ética ou moral se arrolaram e difundiram, convencionando paradigmas de atuação aconselhados para os diferentes momentos e respetivas circunstâncias do quotidiano e que determinaram inclusivamente o nascimento de um género literário próprio, a literatura de civilidade, assim o atestam largamente. Geralmente aglutinadoras de regras e preceitos, destinadas à harmonização da convivência e condutoras de uma mensagem socialmente consentânea, isto é, por todos reconhecida e aceite, correlacionada com as atitudes, os gestos, as práticas e as imagens de um determinado Tempo, ambiência e grupo, essas obras revelam-nos um universo de signos sociais, verdadeiros observatórios de interação humana, indispensáveis para uma lata compreensão do funcionamento das sociedades Modernas e do lugar que nelas desempenhavam noções tão vastas quanto as de polidez, urbanidade, cortesia, etiqueta, educação, distinção, etc.

Reveladores e perpetuadores de uma evidente consciência hierárquica, os tratados de civilidade, reservando quase sempre o seu conteúdo à instrução das elites reais, principescas ou nobiliárquicas, isto é, aos membros do grémio cortesão, às quais se dirige, na maioria das vezes, em tom de exortação, procuraram inculcar-lhes um sentido de sociabilidade fundeado na organização do espaço (físico e mental), na estruturação das relações e das funções específicas de cada indivíduo, bem como no refreamento dos

comportamentos impulsivos, já que era na Corte, por excelência, que a literatura de aconselhamento condutivo, nomeadamente por meio da conceção de tratados de *savoir-vivre*, se mostrava não só necessária, como indispensável.

Na mesma senda diretiva e porque a sociedade cortês é, por natureza, *um espaço social e físico organizado pela presença do Príncipe*, incluem-se os tratados de educação dos Príncipes, concebidos geralmente por moralistas ou teólogos que, designando-lhes quadros normativos padronizados, norteados pela concretização plena das suas potencialidades morais, espirituais, intelectuais e físicas e orientando-lhes ética e politicamente as ações governativas, neles pretendiam despertar um sentido prático do ofício *real*. Em causa estaria, enfim, o oferecimento, à primeira e mais importante personalidade política, de modelos pedagógicos, orientados para o cultivo da saúde do corpo e do espírito, sem as quais não se acreditava ser possível a sua perfeita realização.

Sobre esta orientação temática, nasce, a *Politica Moral, e Civil, Aula da Nobreza Lusitana Autorizada com todo o género de erudição sagrada, e profana para a doutrina e direcção dos principes e demais Politcos*, da autoria do nobre português, Damião António de Lemos Faria e Castro. Conglutinadora de uma sucessão de regras, normas, condutas e comportamentos-tipo do rei e dos cortesãos, esta obra ímpar no panorama português da literatura da civilidade mas, também, do panorama instrutivo e, ainda, sobejamente desconhecida, encontra-se, de facto, plenamente enquadrada nas singulares características desse lato género: dá sentido moral ao *officium regis*, cultiva a praticidade no domínio físico da atividade governativa e exorta a excelência e a magnanimidade.

Procurando alimentar o corpo moral e civil dos homens de virtudes, expurgando-o, ao mesmo tempo, dos vícios e perversões, instruindo-o na arte da Política, bem como no aconselhamento de uma conduta decorosa e circunspecta, temperada de prudência, do corpo físico, a obra está, assim voltada, por um lado, sobre um discurso panegírico das virtudes morais e cívicas, de um quadro idealizado de erudição sagrada e, por outro lado, sobre um discurso acutelador da *saude do corpo*, sobre ela discorrendo numerosas advertências, em especial na ingerência que se cria dever ter na regulação da gula, quer em momentos privados quer públicos (como por exemplo nos banquetes), no consumo do vinho, no dormir, etc.

Com louvavel genio, e inclinação estimavel, como a ele se dirigiu, face a tamanha obra, D. António Caetano de Sousa, Clérigo Regular da Divina Providência, um dos censores do

Desembargo do Paço que ajuizou a obra, Damião de Lemos Faria e Castro desenhou assim um paradigmático itinerário pedagógico que é imprescindível visitar quando em causa está a sociabilidade Moderna portuguesa.

NOTA BIOGRÁFICA

Licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, com uma média final de 17 valores. Atualmente frequenta o 2o ciclo de estudos, na mesma faculdade, no ramo de História da Época Moderna.

-Participação no *IV Fórum-Estudante em História e Culturas da Alimentação*, realizado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, com a comunicação: "A «Arte de Conservar a Saúde dos Príncipes»: conselhos e advertências para uma dieta sadia da Realeza, ao tempo d'El-Rei D. José I."

-Participação no *V Fórum-Estudante em História e Culturas da Alimentação*, realizado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, com a comunicação "Das Refeições em «De Civilitate Morum Puerilium»: Sobre o ser e o estar à Mesa segundo codificação de Erasmo".

-Participação no Congresso Internacional *O Tempo de D. Miguel (1828-1834) Política, Ciência, Linguagem e Memória*, com a comunicação "«Em memória do Augusto Proscripto»: anúncio e recepção da morte de D. Miguel no círculo noticiário português e estrangeiro."

Louhana Rosa Dias de Oliveira
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
louhanaoliveira@gmail.com

CRIME, PECADO E REMISSÃO: UM OLHAR ATRAVÉS DAS ESCRITURAS DE PERDÃO NO RIO DE JANEIRO SETECENTISTA

O objetivo deste trabalho é analisar as práticas de perdão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XVIII à luz das Ordenações Filipinas e das escrituras de perdão, lavradas publicamente em cartório. Através de um árduo trabalho de digitalização dos livros de notas do primeiro, segundo e quarto ofícios no Arquivo Nacional (Rio de Janeiro), seleção das escrituras de perdão e transcrição paleográfica, foram analisados os aspectos mais decorrentes que podem ser observados a partir do banco de dados construído. Dessa forma, procurou-se nesse trabalho, pensar o que eram as escrituras de perdão, quem as faziam, para quê, para quem e o porquê, além de estabelecer quais as práticas de crimes ou pecados nos quais eram perdoados, bem como a ação dos indivíduos como parte de um processo maior para o perdão da majestade régia.

Através do debate as questões historiográficas ligadas à lógica de religiosidade da sociedade colonial, à racionalidade da ordem social do Antigo Regime e à visão jurídico-administrativa como também teológica das ordenações e das práticas cotidianas. Envolve também a participação de grupos de forma ativa, como mulheres, escravos e a diversidade das classificações de cor e condição, como os pardos forros, igualmente os direitos desses grupos ao perdão e a perdoar de acordo com seus interesses.

É possível destacar no presente trabalho os principais pecados perdoados sendo lavrados em cartórios, de forma que ao dispor da utilização dos gráficos encontram-se os a) crimes contra a vida (homicídios e ferimentos físicos); b) ao furto de bens materiais (de brincos, manto), levando em consideração que trata-se de uma sociedade de Antigo Regime que se utiliza dos objetos de valor para ascender a um determinado status social ou legitimarem-se como possuidoras e parte de uma elite; c) crimes contra a honra (fazer mal, defloramento, adultério) de modo que ao atingir a casa e a família, o perdão age de modo a recuperar a imagem, a moral e os bons costumes.

Já analisados suas motivações, é possível observar uma sociedade que, mesmo através dos interesses, reflete a mentalidade cristã no que tange primeiramente o perdão, além dos valores como a manutenção da honra, da verdade (como nos casos em que o pecador é inocente), a legítima defesa, como também do “descargo da consciência” e o “amor de *Deos*”.

A relação entre a sociedade e justiça é, portanto, o estudo central, no qual as escrituras - tal como utilizadas como fonte e objeto - marcam o resultado de acordo entre as partes numa sociedade cujos princípios cristãos estão evidencialmente enraizados e o perdão é, portanto, necessário tendo em vista os conflitos e querelas na vida cotidiana da população, em específico no seio da vida privada.

NOTA BIOGRÁFICA

Graduanda do curso de licenciatura em História da UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), Instituto Multidisciplinar, Campus Nova Iguaçu. Foi bolsista PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência), vinculada à CAPES, de dezembro de 2016 à 28 de fevereiro de 2018. Dedicou-se à pesquisa no grupo - vinculado à CNPq - "Fotografia e Pesquisa Social", no qual trabalhou com fontes históricas fotográficas e um levantamento bibliográfico pra o estudo no que se refere à História da Fotografia. Desde janeiro de 2017 realizou voluntariamente, dedicando 20 horas semanais, atividades acadêmicas vinculadas ao projeto "Governos, resgates de cativos e escravidões (Brasil e Angola, Séculos XVII e XVIII)", coordenado pelo Prof. Dr. Roberto Guedes Ferreira - financiado pelo CNPq. Nesta pesquisa, realizou, no Arquivo Nacional-RJ, coleta de escrituras públicas cartoriais setecentistas para o município do Rio de Janeiro, além de realizar leitura paleográfica e inserção de informações em banco de dados atinentes a registros de batismo da cidade de Luanda do século XVIII. Desenvolve uma pesquisa própria sobre escrituras de perdão, na qual analisa crimes no Rio de Janeiro setecentista, o conceito de perdão, interesses e a religiosidade da sociedade de Antigo Regime. Atualmente é bolsista de intercâmbio na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, além de realizar pesquisas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Javier González Torres

Fundación Victoria - Universidad de Málaga

javier.gonzalez@fundacionvictoria.edu.es

CARLOS BORRROMEO Y LA RENOVACIÓN LITÚRGICA DEL CULTO EUCARÍSTICO EN MILÁN: APROXIMACIONES A SUS INDICACIONES JURÍDICO-PASTORALES Y SUS PROMOCIONES ARTÍSTICAS

La implementación de las recomendaciones derivadas del concilio de Trento son el telón de fondo para la renovación integral que la Iglesia católica experimenta en plena Edad Moderna. Una transformación que, dependiendo del territorio y en función de las personalidades que la desarrollan, cobra más o menos trascendencia. Así ocurre con las de las prescripciones, decretos y actuaciones protagonizadas por el arzobispo de Milán, Carlos Borromeo (2.10.1538-3.11.1584); la determinación con la que éste las ordena forman parte de un pensado programa centrado en el trascendental sacramento eucarístico, a partir del cual teoría y práctica conforman un todo sistémico. El carisma, determinación, mentalidad y ascetismo del prelado lo convierten en una de las personalidades más influyentes de la Reforma católica, ya que la naturaleza de sus acciones sobrepasan el hecho religioso para proyectarse hacia dimensiones políticas, económicas, sociales y culturales.

Su interés por llevar a cabo cuantas situaciones fuesen necesarias con tal de reordenar, de arriba abajo, la diócesis milanesa, van a situarlo a finales del siglo XVI al mismo nivel diplomático y estratégico que el Papa o el todopoderoso Emperador español. Una aseveración que procede de las interesantes aportaciones que la historiografía ha realizado en las últimas décadas, centradas en estudiar la universalidad de sus principios y la efectividad a corto plazo de sus actuaciones. No obstante y a pesar de las abundantes investigaciones, poco se ha escrito sobre su propio pensamiento así como de las experiencias eucarísticas que de éste derivan, base fundamental sobre la que se asienta tal actividad.

De ahí que propongamos una nueva visión del personaje a partir de una comparativa transversal entre la génesis de sus acciones y las notas personales firmadas por el mismo,

donde la devoción a la Eucaristía centran por completo sus desvelos. El contraste y cotejo entre ambas fuentes posibilita la clasificación de su particular actuación en una triple dimensión histórica, jurídico-pastoral y artística: la reforma de la vida espiritual del clero, la promoción de las prácticas eucarísticas a través de la predicación y la incardinación de la devoción sacramental en la piedad popular.

De ahí que, estudiando estos aspectos y su concreción en proyectos sumamente interesantes y de trascendencia para todo el orbe cristiano, convengamos en establecer un paradigma sustancial: el convencimiento del cardenal de procurar la conversión y asunción del misterio de la Eucaristía por parte de los fieles diocesanos. Sabedor de las dificultades que engloba tal concepto, no duda en fortalecer cuantas cuestiones lo rodean; de ahí el cuidado del rito litúrgico, el fomento de las asociaciones dedicadas a la adoración sacramental, la autorización de procesiones eucarísticas en las que incluso participa o, entre otras cuestiones, la promoción de obras artísticas de honda significación cristológica. En estas cuestiones subyace, a su vez, una sugestiva pedagogía que convierte a Borromeo en perfecto conocedor de qué resortes y mecanismo resultan más sencillos utilizar con la intención de mejorar la comprensión del grueso de sus feligreses. Ese catálogo de recursos didácticos serán, también, objeto de nuestra atención.

NOTA BIOGRÁFICA

Javier González Torres (16.05.1979) se licencia en Historia del Arte por la Universidad de Málaga en septiembre de 2001, alcanzado en la misma Institución el grado de doctor en febrero de 2016. Su labor investigadora está orientada hacia dos campos historiográficos concretos: de una parte, a la Edad Moderna, destacando el estudio de la arquitectura, las artes plásticas y decorativas, así como la iconografía, iconología y simbología; y, por otra, a la Era Tecnológica actual, analizando la cultura visual contemporánea y las diferentes vías de la creación plástica y edificatoria, incluyendo los medios de masas y las redes sociales. Ambos enfoques los desarrolla a partir de una sistemática transversal, interdisciplinar e integradora de diversos campos del conocimiento.

Desde 2003 es profesor titular del Departamento de Ciencias Sociales de la Fundación Victoria, institución de ámbito provincial de la que depende el Instituto Santa Rosa de Lima, en donde imparte docencia en Bachillerato. En este Centro, está adscrito al grupo de innovación educativa, impulsando la renovación metodológica y experiencial de las enseñanzas ligadas al Arte y a las Humanidades.

Mariana Boscariol
CHAM NOVA-FCSH
mariana.boscariol@gmail.com

WHERE THE IMPOSITION HAD NO WAY: REFLECTIONS ON THE JAPANESE REACTION TO THE JESUIT ACTIVITY IN JAPAN DURING THE XVI AND XVII CENTURIES

During the XVI century, the expansionist process of the Portuguese Crown reached its greater geographical amplitude. The most distant territory from Portugal within the area under the Portuguese Patronage intervention was Japan, an archipelago in Far East Asia in which was founded a Jesuit mission in 1549. Being in a region of great difficulty to be accessed, where the priests were almost completely isolated, the Jesuit mission in Japan gradually assumed a genuine Japanese form. The establishment of a mission in the territory was inevitably conditioned by the interests and determinations of the local government. As such, in front of a growing resistance by the Japanese leaders, the missionaries came to suffocate from the ending of the XVI century, until their final expulsion from Japan in the first half of the XVII century. Considering this scenario, I seek to reflect on some aspects of the reception the Japanese population manifested to the evangelization during the XVI and XVII centuries. At the same time that the Japanese were identified by the missionaries as a higher and civilized people, what would make them ideal to create a Christendom, they showed to be very resistant to any imposition of the European referential. Thus, to understand better some aspects of the cross-cultural encounters this experience promoted, from the rejection to the conversion, I will analyse fragments of Jesuit letters and Japanese documents focusing on the Japanese point of view in what concerns the evangelization in the archipelago.

Keywords: Society of Jesus, Jesuits, Evangelization, Japan.

NOTA BIOGRÁFICA

Mariana Boscariol is graduated in History from the Sao Paulo State University (UNESP, 2009) and has a master's degree from the Department of Oriental Languages of the University of Sao Paulo (USP, 2013). She concluded the Ph.D. program in "History of the

Portuguese Expansion" of the NOVA University of Lisbon (UNL) in March 2018, with a thesis intitled "Two sides of the same coin: the Jesuit mission in Brazil and in Japan (1549-1597)". From 2013 to 2018 she was Research Assistant of the Centre for the Humanities (CHAM, FCSH/UNL), currently being full Researcher of the same Centre. Since April to September 2018 she was Visitant Researcher of the Faculty of Japanese Studies of the Aichi Prefectural University (APU). Her investigation had focused on the Jesuit activity under the Portuguese Patronage authority during the sixteenth century from its geographical limits of action: Brazil, and Japan. Mariana Boscariol has experience in Modern History, with emphasis on the sixteenth century, acting on the following themes: Society of Jesus, Jesuit Missionaries, History of Japan, History of Brazil, Evangelization, Cross-Cultural encounters, and Cultural Accommodation.

Bruno Kawai Souto Maior de Melo
Universidade Federal de Pernambuco
bruno.kawai@yahoo.com.br

FR. GASPAR DA ENCARNAÇÃO E A REFORMA DOS CÔNEGOS REGULARES DE SANTA CRUZ DE COIMBRA (1723-1752).

Gaspar da Encarnação foi, seguramente, um dos nomes de maior relevância do reinado de D. João V, participando diretamente em inúmeros assuntos da vida áulica portuguesa, especialmente em fins da década de quarenta, quando seu valimento se concretizou em virtude da morte do cardeal João da Mota e Silva. Seu destaque foi tão importante quanto o de outros nomes notáveis que também usufruíram de algum tipo de preferência na corte, a exemplo do Cardeal da Cunha, o Padre João Carbone, Alexandre de Gusmão e o Patriarca D. Tomás de Almeida. Gaspar Moscoso (nome no século), era representante de uma das famílias principais da aristocracia portuguesa, os Mascarenhas, Condes de Santa Cruz. Além de sua origem na nobreza titulada do reino, Encarnação ocupou importantes cargos, destacando-se o de Reitor da Universidade de Coimbra e o de Reformador do Cônegos Regulares de Santa Cruz de Coimbra, uma das ordens religiosas mais significativas de Portugal, função que desempenhou por quase 30 anos (1723-1752). Para mais, tutelou por um longo período os meninos de Palhavã, os filhos bastardos de D. João V, situação que lhe permitiu usufruir de particular proximidade junto ao monarca. Foi também um dos grandes responsáveis pelo provimento episcopal para as dioceses ultramarinas e peninsulares entre os anos de 1720 e 1750. Fr. Gaspar ainda foi descrito por parte da historiografia preocupada com o período como chefe de todos os reformadores e reformados do seu tempo, o que incluía a direção do movimento da Jacobeia. Esta comunicação pretende, portanto, refletir de forma particularizada sobre o desempenho de Fr. Gaspar da Encarnação à frente da reforma dos Cruzios de Coimbra, buscando perceber se de fato houve uma reforma dos costumes e da espiritualidade.

NOTA BIOGRÁFICA

Bruno Kawai Souto Maior de Melo, professor substituto do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco, aluno de doutoramento do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco com financiamento

concedido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Tem interesse pela história da Igreja na Monarquia Portuguesa ao longo da época moderna, priorizando, especialmente, a relação entre religião e política nos reinados de D. João V e D. José I.

Mário Costa
Universidade do Minho
qwerty.7@live.com.pt

POBRES, POBREZA E CARIDADE ATRAVÉS DAS CONSTITUIÇÕES SINODAIS PORTUGUESAS DESDE A IDADE MÉDIA AO FIM DO PERÍODO MODERNO

A caridade para com os pobres não constitui tema novo na historiografia portuguesa do período moderno, encontrando-se muito bem trabalhada na historiografia portuguesa no que às Misericórdias se refere. Não obstante, tem recebido menos atenção no que toca às práticas de outros atores sociais.

É neste contexto que a minha proposta de investigação se insere, pois esta pretende aprofundar o estudo de um tipo de documentação eclesiástica vital para o entendimento da organização institucional da Igreja portuguesa nos mais variadíssimos sectores: as constituições sinodais. Promulgadas após a realização de um Sínodo, estas constituíam leis de base fiéis aos preceitos do Direito Canónico, elaboradas com o objectivo de regulamentar a conduta religiosa dos cristãos, no seio da qual a caridade tinha o seu lugar. Num período marcado pela religião como foi o da Idade Moderna, creio que o estudo da assistência nunca ficará devidamente aprofundado enquanto não se olhar com atenção para o conteúdo das constituições sinodais no que toca à caridade para com os pobres. Embora estas reflitam normas e não necessariamente práticas, constituem um bom ponto de partida para estudar as atitudes recomendadas aos párocos das dioceses no que toca à assistência à pobreza. Este estudo basear-se-á nas constituições sinodais portuguesas publicadas desde a Idade Média ao fim do século XVIII, incluindo as dos territórios da expansão.

NOTA BIOGRÁFICA

O meu nome é Mário Miguel Moreira da Costa, tenho 24 anos e sou natural de Guimarães. O meu caminho no ensino superior começou em Londres, na Universidade de Middlesex, onde frequentei a licenciatura em Política Internacional durante um ano e meio. Foi uma

experiência muito enriquecedora, pois o contacto com o ensino e cultura estrangeiros ensinaram-me muito.

Não obstante, regressei a Portugal, onde me licenciiei em História pela Universidade do Minho com média de 17 valores. Neste momento, frequento o segundo ano do Mestrado de História, encontrando-me a elaborar a minha dissertação sob a orientação da Professora Isabel dos Guimarães Sá. Ao longo do meu percurso académico, tenho participado em várias iniciativas promovidas pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

Frequentei também o Instituto Britânico de Guimarães, filiado na Universidade de Cambridge onde atingi o grau máximo de aprendizagem em Inglês, mais concretamente, o C2 Proficiency.

Ana Teresa Hilário
CHAM NOVA-FCSH
ana.teresa.052@gmail.com

EM BUSCA DAS MULHERES NA CONSTRUÇÃO, OCUPAÇÃO E VIVÊNCIA DO ESPAÇO NO CONVENTO DE SANTA MÓNICA DE GOA (SÉCS. XVII-XVIII)

O nosso objectivo passa principalmente por perceber a existência, ou a não existência, de expressões de género - e por expressões de género entendemos não apenas de resistência, mas também de aceitação - a condicionarem as escolhas e vivências arquitectónicas no Convento de Santa Mónica de Goa. Pretendemos perceber se os textos de Frei Diogo de Santa Ana e Frei Agostinho de Santa Maria dão sinal de ter havido alguma voz feminina activa na escolha dos elementos arquitectónicos que compõem o convento, se essas fontes deixam perceber algum tipo de tensão entre as mulheres e o espaço em que habitam, ou se há algum indício de haver vontades femininas no sentido de promover qualquer alteração das normas vigentes. No que diz respeito à vivência do espaço, as fontes revelam-nos um "rebanho de cândidas cordeiras", como Santa Maria as adjectivou, ou mulheres capazes de agenciar as suas próprias vivências e de construir o espaço em que habitavam?

NOTA BIOGRÁFICA

Ana Teresa Hilário, assistente de Investigação do CHAM - Centro de Humanidades. Aluna de Doutoramento da FCSH-NOVA, encontrando-se a desenvolver a dissertação "Rebanho de cândidas cordeiras? Género, regulação e resiliência no Convento de Santa Mónica de Goa (1606-1734)". Mestre em História Moderna e dos Descobrimentos (FCSH- NOVA, 2016), licenciada em História (FCSH-NOVA, 2014). Os seus interesses científicos passam sobretudo pelo estudo do século XVII, quer sobre instituições políticas e religiosas portuguesas no Estado da Índia, quer sobre os seus agentes. Actualmente tem-se dedicado ao estudo da História das Mulheres, ao seu lugar em sociedades coloniais e às suas vivências e relações.

Entre as suas principais publicações encontram-se:

"Goa-Lisboa-Madrid-Lisboa-Goa. O Conselho da Índia como elo de ligação entre a corte de Madrid e o império asiático no combate aos holandeses (1604-1614)", in *The Portuguese Studies Review*, 2017, Vol. 25, n.o2; "Capitães das fortalezas do Índico no tempo do Conselho da Índia (1604-1614) - Continuidades e rupturas da vertente social do Estado da Índia", in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, n.o 17, 2017, pp. 79-101.

«QUEM ESTÁ NO CONVENTO É QUE SABE O QUE VAI LÁ DENTRO»: VIVÊNCIAS, COMPORTAMENTOS E TRANSGRESSÕES NA CLAUSURA FEMININA (A PARTIR DE UM CASO AÇORIANO)»

O estudo dos mosteiros femininos e da clausura na Época Moderna é uma área já bem explorada, com abordagens que vão desde os mecanismos sociais de entrada para as comunidades monásticas até à análise dos elementos arquitectónicos e artísticos que surgiram nestes espaços. Um dos aspectos porventura mais interessantes, e por regra difícil de abordar por escassez de fontes, é o das vivências no interior das comunidades. Como decorria o quotidiano? Que espaços internos existiam no convento? Como se relacionavam as freiras entre si? E com o exterior? Que comportamentos tinham? E que transgressões ocorriam? Sabendo à partida que a maioria das ocupantes dos conventos não estava lá por vocação, mas sim por obrigação (muitas delas mesmo a contragosto), não é difícil imaginar que fossem frequentes as atitudes menos “decentes” ou as tentativas de fugir ao rigor vivencial imposto pela clausura. Mas conseguimos identificar esses comportamentos?

Numa investigação em curso sobre o Mosteiro da Glória (Açores) conseguimos ter um vislumbre das vivências no interior do convento, desde a alimentação às práticas musicais, passando pelos exercícios de oração, as práticas comunitárias e as formas de relacionamento com o exterior. “He proprio emprego das que buscão a Religião honrar, venerar, e louvar a Deos”, afirma um prelado em visita ao convento, em 1675, anotando que é necessário que as religiosas observem as regras da clausura, “para que na Religião se ache aquella paz, união, e irmandade, que todos buscão, quando a ella vem, e devem conservar em quanto nella vivem, para que este Mosteiro floreja em augmentos de virtude”. No entanto, afirma também, por exemplo, que “he cousa muito digna de se estranhar, e abominar o quererem as Religiosas usar das vaidades, ou loucuras seculares, [...]; não advertindo, que andão já em vida amortalhadas em o seu habito, e que renunciárão com a vinda á Religião tudo o que no mundo barbara, e loucamente se usa”; que “he couza muito para estranhar, que castigando-se os seculares, que trabalhão, ou

fazem trabalhar em semelhantes dias [Domingos e feriados], na Religião, aonde tudo havia de ser concerto, e obediencia aos preceitos Divinos, se achem semelhantes absurdos"; ou que "he muito indecente, que, sendo a grade da Igreja só para se vêr ao Senhor, ou se receber na Communhão, se abuse della de maneira, que sirva de Parlatorio; e sendo só lugar de Oração, e de colloquios com Deos, o seja tambem de conversação com as creaturas, e com tanta relaxação nesta materia, que nos escandaliza muito".

Por estas passagens conseguimos perceber que a vivência clausural nem sempre 'florescia em aumentos de virtude', antes eram comuns atitudes "de estranhar" ou mesmo "indecentes" ou "escandalizantes". Com esta comunicação pretendemos observar o quotidiano conventual e analisar as práticas e comportamentos desviantes que ocorriam no interior da clausura.

NOTA BIOGRÁFICA

Tiago Simões da Silva nasceu na ilha do Faial (Açores). Licenciado em História pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (2014), com uma Pós-Graduação em História Moderna e dos Descobrimentos (2015). Actualmente é doutorando em História Moderna na mesma universidade. Desde 2015 é Investigador do CHAM - Centro de Humanidades (Universidade Nova de Lisboa / Universidade dos Açores). Desenvolve investigação relacionada sobretudo com História Moderna e História dos Açores e promove frequentemente actividades junto do público sobre História e Património, sendo o dinamizador do projecto "Horta Histórica".

Indira Leão

NOVA-FCSH

indiravicenteleao@gmail.com

ENTRE A TRANSGRESSÃO E A MORALIDADE. AS MULHERES E A INQUISIÇÃO NO PORTUGAL MODERNO (SÉCULO XVII)

Esta comunicação insere-se no trabalho que temos vindo a desenvolver na dissertação de mestrado intitulada: "Entre a transgressão e a moralidade. As Mulheres e a Inquisição no Portugal Moderno (Século XVII). Sentenças do Tribunal do Santo Ofício - Lisboa, Coimbra e Évora."

A temática desta comunicação inclui-se na designada História das Mulheres, que têm vindo nas últimas décadas a adquirir relevância na historiografia ocidental, constituindo, hoje, um objeto historiográfico de extremo dinamismo. A atual historiografia tem-se revelado muito ativa no que diz respeito às mulheres inseridas em posições sociais mais elevadas, nomeadamente rainhas e nobres. A presente comunicação pretende, num outro sentido, tomar como objeto as "mulheres comuns", ou seja, as mulheres prevaricadoras que, de algum modo, contrariaram o sistema de cariz patriarcal, religioso e misógino, que lhes custou a limitação da sua liberdade e, em alguns casos, a morte.

O levantamento e análise quantitativa do número de mulheres condenadas pela Inquisição de Lisboa durante o século XVII, através das listagens das pessoas (homens e mulheres) que se apresentaram nos autos-de-fé, revelam-se fundamentais para obtermos algumas informações sobre as condenadas: a idade, estado civil, filiação masculina, se eram cristãs-novas ou cristãs-velhas, crime e pena correspondente. Com esta documentação tentaremos perceber se existe alguma relação entre o crime cometido pela acusada e a respetiva pena.

Além da documentação inquisitorial recorreremos às *Ordenações Manuelinas*, às *Ordenações Filipinas* e às *Constituições Sinodais* que regulam os crimes e respetivas sentenças, permitindo-nos saber quais os crimes de foro misto (da alçada religiosa e civil) e, deste modo, identificar os que eram da responsabilidade do Santo Ofício.

Uma vez que esta comunicação insere-se num trabalho em desenvolvimento, não seremos exaustivos sobre a temática e muito menos apresentaremos todas as respostas para as nossas questões.

Todavia, o nosso intuito é refletir sobre a atuação do Santo Ofício no julgamento e condenação de mulheres e sobre o papel da justiça como fórmula de controlo social e de repressão dos comportamentos que transgrediam a norma estabelecida. Interessa-nos igualmente saber mais sobre estas mulheres e os seus crimes.

NOTA BIOGRÁFICA

Iniciei a minha licenciatura em História na FCSH em 2013 e terminei em 2017. Durante a licenciatura participei como voluntária num projeto de investigação sobre o Comércio em Lisboa durante o século XIX (junho a agosto 2014), participei como voluntária nas escavações arqueológicas no sítio romano do Moinho do Castelinho, na Amadora (julho de 2014 e julho de 2015) e estive um semestre de Erasmus em Madrid (2015/2016). Participei no V Congresso Português de Demografia com a comunicação intitulada "Famílias e agregados domésticos no interior alentejano. O concelho de Marvão em finais do Antigo Regime (1753-1840)".

Em setembro de 2017 iniciei o meu mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos na FCSH. Desde então tenho vindo a trabalhar temáticas relacionadas com a História das Mulheres, nomeadamente as mulheres condenadas pela Inquisição de Lisboa nos séculos XVI e XVII. Em fevereiro de 2019 participei no Congresso La Mujer y el Mar em Madrid com a comunicação: "Mulheres Degredadas para o Brasil (1664-1698). Autos de fé e sentenças do Tribunal do Santo Ofício de Lisboa". A minha tese de mestrado debruça-se sobre as mulheres condenadas pela Inquisição de Lisboa. Colaboro simultaneamente na criação de uma base de dados para a revista Sociedade Futura.

Beatriz Rodrigues Cabral
NOVA-FCSH
beatriz.rcabral@hotmail.com

DESVIO À NORMA EM CONVENTOS FRANCISCANOS DA PROVÍNCIA DA PIEDADE (1725-1825)

O presente estudo procura identificar e compreender algumas imperfeições e transgressões praticadas por frades franciscanos da Província da Piedade, do ramo da Estrita Observância, entre 1725 e 1825. Tratam-se de práticas ocorridas em diferentes contextos do quotidiano regular, relativas, por exemplo, aos ofícios religiosos, criação de animais domésticos, refeições, vestuário dos frades, relações interpessoais, lazer e diversão, posse e uso de dinheiro, obediência aos superiores e também atitudes fora da clausura. Há que esclarecer que os franciscanos, como frades mendicantes que eram, tinham missões a realizar fora dos conventos, junto às populações.

Sem quaisquer intenções de generalizar os casos de desvio à norma, podemos refletir que a inobservância foi uma realidade em conventos femininos e masculinos, cujas comunidades seriam naturalmente heterogéneas. Eram formadas por homens ou mulheres, cada qual com a sua própria personalidade e temperamento, de diferentes proveniências sociais e económicas, levados por diversas razões à vida religiosa, cujos preceitos haviam sido particularmente endurecidos após o Concílio de Trento. Compreensivelmente, viviam nos claustros pessoas cumpridoras e incumpridoras, tal como nas comunidades do século.

Aqueles que haviam ingressado numa ordem religiosa contra a sua vontade, iludidos ou inconscientes do que lhes esperava depararam-se com uma ruptura com os hábitos da sua vida no século e com uma adaptação forçada a normas que lhes condicionavam a forma de pensar e agir. Se alguns cumpriram com perfeição os preceitos, outros naturalmente tornearam e transgrediram as pesadas exigências impostas. Não será, portanto, descabido pensar no título desta comunicação como “O desvio à norma ou a resistência às pesadas exigências impostas na clausura religiosa”.

Este estudo, alicerça-se fundamentalmente na análise de dois livros pertencentes ao Convento de Santo António de Fronteira, que compreendem o período entre 1725 e 1825. Constituem-se por registos de visitas canónicas, os quais raramente incluem determinações corretivas deixadas pelos prelados e visitadores, também patentes dos ministros provinciais e ainda úteis conjuntos de determinações capitulares, todos referentes à Província da Piedade. Nunca são nomeados os conventos concretos onde decorreram as práticas repreendidas, proibidas ou corrigidas nem o nome dos frades que as praticaram.

Além da evidenciação de situações de desvio, ambos os livros permitem acompanhar o estado material e espiritual desta província ao longo de um século. A sua gradual ruína é, qualitativamente, manifestada nos registos da segunda metade de Setecentos e, de forma mais expressiva, na viragem para Oitocentos e após as invasões francesas. É notório o progressivo aumento de comentários reprovativos e determinações corretivas dos prelados bem como da dureza do vocabulário por estes empregue. Além disso, algumas destas determinações são recorrentes, o que nos demonstra a ineficácia dos instrumentos corretivos executados, como era o caso das visitas canónicas.

Foi complementar a esta análise o recurso a documentação da Junta do Exame das Ordens Regulares. Reconhece-se que a leitura de fontes produzidas pela Inquisição e pelas dioceses permitiriam alargar o conhecimento sobre esta temática.

NOTA BIOGRÁFICA

Beatriz Rodrigues Cabral nasceu em Ponta Delgada, nos Açores. Licenciou-se em História (2014) e é mestre em História Moderna pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (2017). É autora da dissertação de mestrado intitulada *O funcionamento das visitas canónicas e o desvio à norma no quotidiano franciscano (Portugal, 1725-1831)*, orientada pela Doutora Maria Antónia Lopes e arguida pelo Doutor José Pedro Paiva. Recebeu o Prémio 3% Melhores Estudantes da Universidade de Coimbra (2012, 2013, 2014, 2015 e 2016) e o Prémio Curricular Feijó da Faculdade de Letras (2014).

É co-autora da obra *O Bom Jesus de Porto de Mós: Convento dos Agostinhos Descalços (1673-1834)*. Tem investigado sobretudo acerca de ordens religiosas e do quotidiano conventual na Época Moderna. Integrou também a comissão organizadora do V Encontro

de Jovens Investigadores em História Moderna, que decorreu na Universidade de Coimbra (2017).

Realizou um estágio anual do Ministério dos Negócios Estrangeiros na Embaixada de Portugal em Marrocos, PEPAC-MNE (2017-2018). Atualmente, está a frequentar o mestrado em Ensino de História na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

DIA 7

.....
SÍMBOLO
.....

André Filipe Godinho
NOVA-FCSH
andrefgodinho95@gmail.com

“QUE SE PUEDE PEDIR POR ORACIÃO”: CONJURAR A HARMONIA NA JORNADA DE FILIPE II A PORTUGAL, 1581

Em Dezembro de 1641, em Lisboa, uma procissão de graças assinalou o primeiro aniversário da Restauração. Segundo a descrição publicada na Gazeta, nunca se teriam visto tantas demonstrações de alegria, com os vivas do público a fundir-se numa “suavíssima confusão.” Garantiam os mais velhos, admirados com as manifestações de amor por D. João IV, que nos recebimentos de Filipe II e Filipe III em Portugal ninguém tinha aclamado o rei. Na História de Portugal Restaurado, D. Luís de Meneses afirma que a cidade de Lisboa, com o “aparato magnífico” que preparou para a entrada de Filipe II, em 1581, mostrou mais o seu poder do que qualquer afecto pelo rei, não havendo uma só voz que o exaltasse. Muito antes das narrativas restauracionistas, já Pero Rodrigues Soares criara uma imagem calamitosa dessa mesma entrada. No seu Memorial, o público, mergulhado num pranto, assiste ao passeio de um rei sorridente que se fazia acompanhar por quem lhe entregara o reino.

Frente a estas reacções da audiência, as invenções e ritos minuciosamente descritos pelos relatos oficiais da jornada de Filipe II parecem ficar totalmente desligados do ambiente que os rodeia, emoldurando o triunfo soturno de um rei conquistador ou a demonstração seca de poder corporativo e municipal sugerida pelo conde da Ericeira.

Afonso Guerreiro e Isidro Velázquez Salamatino, autores das principais descrições dos festejos de 1581, têm consciência da importância do público na construção do significado da festa. Apesar de preencherem a maior parte das páginas dos seus relatos com os mais ínfimos detalhes dos arcos efémeros e cerimónias civis e religiosas, não serão de somenos importância as palavras que dedicam ao impacto do aparato festivo e da visão do rei na assistência. Arredando a sombra dos traumas recentes e desarmando cuidadosamente as ocasiões de potencial tensão e contrariedade, os relatos enchem-se de imagens alegres e afectuosas que não se coíbem de dar voz e movimento às camadas populares. Não se tratava apenas de danças e folias - as trocas de olhares e sorrisos, combinadas com o diálogo directo e amoroso entre Filipe II e os seus novos vassallos, animavam uma

harmonia entre governante e governado. Esta concórdia é apresentada como eminentemente desejável: segundo Guerreiro, Filipe II dava graças a Deus por ser recebido com o contentamento e quietude essenciais ao bem comum do reino e da Cristandade. Velázquez, por sua parte, desejava que se perpetuasse um ânimo “que se puede pedir por oraciõ.”

Problematizando a construção textual desta harmonia, é possível surpreender uma concepção da concórdia política como performance emotiva. Ao mesmo tempo, entre o caos ordenado das aclamações, os relatos têm o potencial de informar uma reflexão sobre a subversão do significado da festa. As ameaças parecem ir além do silêncio e desinteresse. Afinal, tal como importava não deixar dúvidas quanto ao que diziam as histórias dos arcos triunfais, era fundamental fixar as palavras e gestos da assistência...

NOTA BIOGRÁFICA

ANDRÉ FILIPE GODINHO é licenciado em História pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (2016), instituição onde se encontra a terminar o mestrado na área de especialização em História Moderna e dos Descobrimentos. Interessa-lhe sobretudo o estudo da cultura, sociedade e política nos reinos ibéricos durante os séculos XVI e XVII. Neste momento, procura cruzar esses pontos de interesse através da análise das festividades da época como lugares de comunicação e representação política, focando-se nas interacções entre as leituras oficiais e possíveis subversões e resistências.

Além do trabalho de investigação em curso para a sua dissertação de mestrado, Gigantes, enigmas e névoas: a entrada de Filipe II em Lisboa, 1581, tem-se dedicado a apresentar comunicações sobre estas temáticas. Na conferência internacional “Encounters, Rights and Sovereignty in the Iberian Empires (15th-19th Centuries)”, na Universidade de Évora, abordou a representação de não-europeus nas cerimónias da monarquia com a comunicação “Em suas feçuras e trajos e lymgoas muj naturaes”: mouros, negros, ameríndios e asiáticos nas entradas régias ibéricas (séculos XVI e XVII). No colóquio ““Lembrar-me-ei desta noite nem que viva mil anos”: ritmos, vivências e percepções da noite na Época Moderna”, na NOVA FCSH, cuja comissão organizadora integrou, problematizou o significado festivo da luz com a comunicação “Os lumes das noites emulavam o céu nas estrelas”: a iluminação festiva nos séculos XVI e XVII.

Integra a equipa da NOVA FCSH do projecto de investigação internacional "RESISTANCE. Rebellion and Resistance in the Iberian Empires, 16th-19th Centuries."

Margarida Póvoa
FL - Universidade de Lisboa
povoamargarida@gmail.com

«MIL TRÉMULAS LISONJAS NOS PENACHOS, VISLUMBRES NA PEDRARIA, OURO, E PÉROLAS (...) & EM TUDO HUM AGRADÁVEL LABIRINTO AOS OLHOS» – A PRESENÇA DE JÓIAS NO CASAMENTO DE D. JOÃO, DUQUE DE BRAGANÇA, E DE D. LUÍSA DE GUSMÃO (1633)

Através de três relatos de três autores de três épocas diferentes somos transportados para um dos mais importantes momentos da década de 1630 – o casamento de D. João II, 8.º Duque de Bragança, e D. Luísa de Gusmão, única filha do 8.º Duque de Medina-Sidónia. Duas das mais influentes casas nobiliárquicas da Península Ibérica estão prestes a fortalecer os laços que as unem, um primeiro passo da política de casamentos entre nobres portugueses e espanhóis desenvolvida pelo Conde-Duque de Olivares.

Entre corridas, luminárias e jogos, os autores descrevem rituais, comportamentos, formas de trajar e formas de adorar, ferramentas indispensáveis para a construção e para a manutenção da imagem de determinado grupo social. Mas qual o papel desempenhado pelas jóias neste género de construção?

Palavras-chave: Casa de Bragança, D. João, D. Luísa de Gusmão, jóias

NOTA BIOGRÁFICA

Margarida Póvoa é licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Atualmente, é mestranda em História dos Descobrimentos e da Expansão na mesma instituição, cujo tema de dissertação assenta no uso de objetos de luxo, cerimónias e vivências cortesãs durante a Restauração portuguesa.

Carolina Subtil Pereira

NOVA FCSH

anacarolinasubtilpereira@gmail.com

PEREGRINAÇÕES DE PORTUGAL À TERRA SANTA: A RECEÇÃO DA ANTIGUIDADE ORIENTAL E BÍBLICA (SÉCS. XVI E XVII)

Hoje em dia, os cristãos acreditam que a Palestina, e Jerusalém em particular, foi palco de diversos acontecimentos sagrados que estão relatados nos textos bíblicos, tanto do Antigo como do Novo Testamento. Esta região afirma-se, então, como um dos lugares centrais do Cristianismo, que recebe, atualmente, milhares de visitantes e peregrinos que chegam dos “quatro cantos do mundo”.

Mas como eram as peregrinações há cinco séculos atrás? Qual a preparação prática e espiritual necessária para uma viagem deste tipo? E que propósitos haveria para a realização destas viagens? As respostas a estas perguntas podem ser encontradas através da análise dos diários/relatos de viagem de homens que empreenderam estas jornadas durante a época moderna e deixaram registo escrito. Mas mais que responder a estas questões, estes textos podem levantar outras discussões muito significativas. De que forma os homens dos séculos XVI e XVII entendiam a história do Próximo Oriente, nomeadamente a dos locais sagrados, e quais as perceções que tinham da Antiguidade oriental e bíblica? É precisamente este tema que pretende ser analisado e discutido nesta apresentação.

Partindo dos textos deixados por viajantes portugueses que passaram pela Terra Santa e empreenderam as suas viagens entre os séculos XVI e XVII, procuram analisar-se referências a personagens ou episódios bíblicos, tanto do Antigo, como do Novo Testamento. Eventualmente serão analisadas referências à Antiguidade da região mesopotâmica, que tenham como pano de fundo o horizonte bíblico. Usar-se-ão textos de autores notórios, como Frei Pantaleão de Aveiro, mas também de autores menos conhecidos como Jerónimo Calvo, numa tentativa de alargar o espectro de análise. As Sagradas Escrituras têm um papel fulcral nesta equação: conhecidas de grande parte da população portuguesa por via oral, muitos destes viajantes haviam estudado ou lido a Bíblia (ou pelo menos parte dela) e tinham um conhecimento profundo relativamente a

estes textos - o que, aliás, é visível na passagem pelos locais sagrados e descritos na Bíblia.

Não poderei deixar de abordar questões como os equívocos ou efabulações que os autores greco-romanos tecerem nos seus escritos e, ainda nesta altura, continuavam a induzir os autores dos séculos XVI e XVII em erro - uma vez que alguns destes autores antigos eram seguidos como "mestres", o caso de Heródoto. Abordarei igualmente as eventuais conceções geográficas erróneas - o exemplo mais flagrante, nesta altura, é a confusão feita entre Bagdad e a Babilónia, por certos autores, tidas como a mesma cidade. Darei também grande importância ao facto de, muitas vezes, estes homens pensarem as personagens bíblicas/históricas como um modelo a seguir em questões de comportamento pessoal.

O estudo destas temáticas encontra-se ainda no seu estágio inicial, e este tema da Receção/Perceções da Antiguidade, sendo tão lato e ainda pouco explorado pela historiografia, poderá fornecer elementos para investigações de grande interesse e que permitam conhecer melhor a mentalidade do homem moderno.

NOTA BIOGRÁFICA

Carolina Subtil Pereira é licenciada em História (2017) pela NOVA/FCSH. Foi voluntária no MNAA - Museu Nacional de Arte Antiga e estagiou no Arquivo Histórico da Marinha, em Lisboa, na vertente de História e Arquivística; mas foi o estágio internacional que realizou no *The Wignacourt Museum* (Rabat, Malta) que lhe despertou o interesse pela história bíblica e religiosa. Terminou, em 2018, a sua pós-graduação em História Moderna e dos Descobrimentos e encontra-se, neste momento, a elaborar a sua dissertação de mestrado, intitulada «*"O lugar em que estás é uma terra santa": visões e perceções da Antiguidade Oriental e Bíblica nos relatos de viagem portugueses (sécs. XVI - XVII)*», que pretende contribuir para a compreensão e estudo da história do Próximo Oriente, numa perspetiva concreta que avalia e analisa as perceções que os viajantes portugueses dos séculos XVI e XVII teriam do período Antigo, essencialmente a nível religioso.

Ana Isabel Lopes
FL-Universidade do Porto
up201405095@letras.up.pt

REMINISCÊNCIA E REGISTO DE FENÓMENOS DE ASSOREAMENTO E AREAMENTO DA COSTA A NORTE DO TEJO NAS MEMÓRIAS PAROQUIAIS DE 1758

Fernandes Martins (1947: 169, 177-178) refere que o traçado do litoral português variou ao longo da História, estando num processo de submersão. Este processo tem levado ao assoreamento de certos rios e reentrâncias, sobretudo entre o Douro e o Cabo Mondego, sendo «que se nota ter ganho mais a terra do que o mar». Neste mesmo sentido, durante a Época Moderna, «as regiões costeiras, com baixas densidades demográficas fora dos núcleos portuárias são modificadas por acumulações significativas de areais» (Devy-Vareta, 2002: 170). Ora, esta alteração da paisagem das zonas costeiras teve, certamente, impacto nas comunidades que aí habitavam. Mas como era encarada esta alteração da paisagem? Como, positiva ou negativamente, afetava as comunidades e as suas atividades? Que soluções eram tomadas face a estes problemas?

As Memórias Paroquiais de 1758 revelaram-se uma escolha evidente para o estudo das alterações da paisagem costeira, uma vez que descrevem e comparam «o antes e o vivido» permitindo a reconstituição de aspetos da morfologia destas zonas (Osswald, 2002: 137). Estes textos «falam de assoreamentos, de inundações, de ventos, de marés, de caudal de rios, de restingas, de cabedelos, de poços, de fontes, de turfas, de junqueiros, de zonas alagadas periodicamente, de penedos e de rochas, de areias e de dunas» (Osswald, 2002: 133). Esta fonte também se torna propícia, uma vez que a mudança de Inverno para a Primavera deixa «frescas na memória as repetições de fenómenos climáticos e de marés», que tanto dificultavam as atividades costeiras e se propiciava o uso das praias para embarque e desembarque e o «reatar a atividade pesqueira temporária» (Osswald, 2002: 131).

Nas Memórias Paroquiais de 1758, buscar-se-ão informações sobre as transformações da costa atlântica portuguesa, a norte do rio Tejo, quer num momento anterior, quer coevo

de 1758, nomeadamente referências a areias trazidas pelo vento ou bancos de areia existentes na foz dos rios. Esta informação está contida, essencialmente, nas perguntas relativas ao porto de mar ou aos rios. Por outro lado, procura-se perceber o quanto estes fenómenos de areamento ou assoreamento condicionaram ou condicionavam o quotidiano das comunidades que habitavam, quer a economia e circulação de toda uma área, dependente do mar ou do rio.

NOTA BIOGRÁFICA

Ana Isabel Alves Lopes (1996) licenciou-se em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 2017. Atualmente, frequenta o 2o ano do mestrado em História e Património (ramo de Estudos Locais e Regionais- Construção de Memórias), na mesma instituição. Aqui, encontra-se a desenvolver a sua dissertação de mestrado que visa os impactos e soluções face ao assoreamento da foz do rio Cávado na segunda metade do século XVIII e primeira metade do século XIX. Entre 2017 e 2018, fez parte da Comissão Editorial e foi organizadora do terceiro volume da publicação "Omni Tempore: Atas dos Encontros da Primavera".

Publicações:

LOPES, Ana Isabel Alves (2017), "Das tenças testamentárias da infanta D. Maria (1521-1577) aos tencionários: amizade, caridade ou estatuto social?", História Revista da FLUP, Porto, IV Série, Vol. 7, no 2, pp. 31- 48, DOI: 10.21747/0871164X/hist7_2a3.

LOPES, Ana Isabel Alves (2018), ""Do cobiçoso regedor corrompido"? A execução tencionária da infanta D. Maria (1521-1577)", Omni Tempore Atas dos Encontros da Primavera 2017, Vol. 3, pp. 216-243.

Apresentação de comunicações: "Do cobiçoso regedor corrompido": Peculato na execução testamentária da infanta D. Maria (1521-1577)", XII Encontros da Primavera, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 25 de maio de 2017.

Catarina Monteiro
NOVA FCSH
catarina.monteiro1@gmail.com

LUÍSA SIGEIA E A HISTORIOGRAFIA PORTUGUESA: NOVAS LUZES NUMA RELAÇÃO DISTANTE.

A presente proposta de comunicação pretende apresentar as conclusões do estudo de uma figura única do Renascimento Ibérico, ainda hoje envolta em incertezas. Referimo-nos a Luísa Sigeia (1522-1560), uma erudita pouco conhecida da historiografia portuguesa. Nascida em Tarancón, filha de pai francês e mãe castelhana, foi na corte portuguesa que alcançou a fama. Esteve como moça de câmara na Casa da rainha D. Catarina de Áustria (1507-1578), mulher de D. João III (1502-1557), passando, depois, para a da infanta D. Maria (1521-1577), meia-irmã do rei. Conhecedora do latim, grego, hebraico, caldeu (isto é, sírio) e árabe, pertenceu ao círculo humanista, muito restrito quanto à presença feminina, tendo sido aclamada pelos seus pares como a «Minerva do seu tempo».

Em 1546, escreveu o poema *Syntra*, que enviou ao papa Paulo III, acompanhado de uma carta poliglota, e, em 1552, a obra *Duarum virginum colloquium de vita aulica et privata*, ambos dedicados à infanta D. Maria. Nesse ano de 1552, casou com Francisco de Cuevas e, em 1555, mudou-se para a terra natal do marido, em Burgos, onde, em 1557, deu à luz a sua única filha, Juana. Foi mestre latina na Casa de Maria de Áustria, rainha da Boémia e Hungria, nos últimos meses da sua vida, em 1558, onde também o seu marido foi admitido como secretário. Após a morte da rainha, Luísa procurou trabalho na corte de Filipe II, mas nunca obteve resposta. Faleceu a 13 de Outubro de 1560.

A relação da historiografia portuguesa com a figura de Luísa Sigeia é uma relação ambígua. Por um lado, temos o factor da 'excepcionalidade', exaltado por diversos autores, exclamando a necessidade de um estudo aprofundado, que, afinal, nunca veio a surgir. Por outro, não encontramos avanços substantivos no conhecimento da trajectória de vida desta erudita, salvo raras excepções. Esta ausência transformou-se numa lacuna historiográfica que afectou, não só a reconstrução da vida desta jovem mulher, como também a descoberta de novos horizontes, representados pelas figuras de Diogo Sigeu e Ângela Sigeia, respectivamente pai e irmã de Luísa. Numa tentativa de compreender esta

figura na sua trajectória em Portugal, Luísa Sigeia e a sua família foram o objecto de estudo da nossa dissertação de Mestrado, em que reinterpretemos os dados conhecidos e lançamos novas hipóteses biográficas. Agora, finalizada essa etapa, pretendemos partilhar com a comunidade científica as dificuldades por que passámos, os caminhos que trilhámos e as conclusões a que chegámos, procurando contribuir positivamente para a produção historiográfica sobre o Portugal do século XVI.

NOTA BIOGRÁFICA

Catarina Monteiro é licenciada em História (2015) pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH/UNL), onde também se encontra a frequentar o Mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos. A sua dissertação de Mestrado tem como objecto o estudo das irmãs Sigeia (Luísa e Ângela), na vertente historiográfica (Luísa) e biográfica (Ângela). Os seus interesses académicos abrangem a História das Mulheres, História Militar e a História Económica e Social, nomeadamente os estudos sobre a corte e os quotidianos, tendo frequentado o curso “Questões em torno da História das Mulheres. Acção política, económica e social. Representações religiosas e culturais” (2017) e a opção de investigação “Consumo artístico feminino no período moderno: comprar, usar, reciclar” (2017), ambos oferecidos pelo Centro de Humanidades (CHAM) da FCSH/UNL.

Em Maio de 2018, participou no 5º Fórum-Estudante em História e Culturas da Alimentação (Coimbra), com a comunicação *“Pezaram duas frigideiras de prata branca. Utensílios de cozinha nos dotes de duas infantas portuguesas do século XVI”*. Em Novembro do mesmo ano, participou no XXXVIII Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social (APHES), sob o tema «O género na história económica e social», com a comunicação *“A mulher e a sua (sobre)vivência na corte portuguesa de Quinhentos: o caso de Luísa Sigeia”*.

Bernardo Constant
Universidade Federal Fluminense
BernardoConstant@hotmail.com

IMAGENS DA CURA: AS DISPUTAS POLÍTICAS E CULTURAIS PELO SABER CURATIVO NO MUNDO PORTUGUÊS DO SÉCULO XVII

Este trabalho tem como objeto o processo de construção de imagens da cura no mundo português do século XVII. Trata-se não de estudar a produção iconográfica sobre o curar, mas, inspirando-se nas formulações de Paolo Rossi, de analisar os esforços de grupos e indivíduos no sentido de pautar aquilo que em uma dada sociedade se entende que é e deve ser a arte da cura. Para além dessa definição, cabe também observar quais eram os elementos legitimadores da capacidade de curar e, portanto, da atuação de seus agentes.

Parte-se da hipótese de que, no processo de construção de imagens da cura, sujeitos ao redor do mundo português faziam uso de conjuntos distintos de conhecimentos, práticas discursivas e técnicas para mostrarem-se competentes não somente para curar, mas também para responder questões tidas como relevantes no contexto, tais como: “o que causa a doença?”, “do que dispomos para curar?” ou “quem está apto a diagnosticar e prevenir os males?”.

O objetivo deste estudo é, portanto, observar os desdobramentos políticos, sociais e culturais dos múltiplos processos de disputa pela construção de imagens da cura que se davam ao redor do mundo português na segunda metade do século XVII. Isto seria possível ao observar a atuação dos agentes de produção e circulação de saberes médicos e curativos (médicos, boticários, curadores, jesuítas), de modo a identificar uma ou outra imagem da cura a que estes se filiavam. Por sua vez, tal operação permite observar de que modo estes sujeitos mobilizavam práticas, saberes e discursos em proveito próprio para se afirmar ou defender da atuação de opositores no campo das disputas de saber e de poder ligadas ao curar.

Para testar a hipótese e atingir o objetivo levantado, o estudo de um leque amplo de fontes permite conhecer as múltiplas concepções correntes sobre a cura em um contexto de mundialização do império português. Assim, serão utilizadas como fontes de pesquisa, entre outras, tratados médicos acadêmicos tais como o "Queixas repetidas em ecos dos arrecifes de Pernambuco contra os abusos médicos que nas suas capitanias se observam...", escrito por Simão Pinheiro Morão em Recife em 1688, bem como o "Tratado único da constituição pestilencial de Pernambuco...", da autoria de João Ferreira da Rosa, publicado em Lisboa em 1694; denúncias inquisitoriais realizadas contra praticantes das curas tradicionais e mágicas; escritos de cunho religioso, tal como a "Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos", publicado em 1700 pelo jesuíta italiano Jorge Benci; e documentação expedida em função da comunicação administrativa colonial da América portuguesa, tais como a correspondência de 1693-94 remetida pelo então governador-geral do Brasil, Antônio Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho, e as cartas e bandos expedidas por Antônio Félix Machado, governador da capitania de Pernambuco entre 1690 e 1693.

NOTA BIOGRÁFICA

Possui graduação em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), tendo obtido o grau de bacharel no ano de 2017. Ao longo da graduação, desenvolveu atividades de monitoria, projetos de extensão e, durante graduação anterior em Direito, além das atividades já citadas, participou em projeto de iniciação científica.

Atualmente é pesquisador vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História da UFF, no qual conduz projeto de mestrado intitulado "Imagens da Cura: as matrizes de conhecimento na construção da arte de curar no mundo português na segunda metade do século XVII", sob orientação do professor doutor Renato Júnio Franco. Para tal, conta com bolsa de estudos pelo Programa de Excelência Acadêmica (PROEX), financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). É também associado ao grupo de pesquisa Companhia das Índias - Núcleo de História Ibérica e Colonial na Época Moderna.

DIA 7

FIGURAR, VER, FIXAR

Miguel Filipe Saraiva
NOVA FCSH
miguelsaraiva1082@gmail.com

CHRISTIANI PUERI INSTITUTIO DE MACAU, 1588, UM LIVRO FANTASMA: A IMPRENSA JESUÍTA AO SERVIÇO DA MISSÃO NO JAPÃO

A acção missionária dos jesuítas socorreu-se da impressão de um conjunto de obras europeias, por vezes traduzidas nos dialectos locais, com o objectivo de munir os espaços católicos extra-europeus com suportes físicos da doutrina católica. Desta política resultou a primeira impressão em caracteres móveis no espaço chinês, mais precisamente em Macau no ano 1588. Tratou-se de *Christiani pueri institutio, adolescenti.que per fugium - Educação da criança cristã e refúgio da adolescência*, obra escrita pelo jesuíta Juan Bonifacio (1538-1606), publicada pela primeira vez em Salamanca 1575.

No entanto, a edição macaense apresenta um conjunto de diferenças no seu conteúdo que a distinguem das restantes edições. Tendo em conta que apenas sobreviveu um exemplar desta edição, conservado na Biblioteca da Ajuda, estas diferenças foram somente mencionadas duas vezes na historiografia recente. A primeira encontra-se no estudo introdutório de Manuel Cadafaz de Matos na edição anastática de *Christiani Pueri Institutio (1588)*, pelo Instituto Cultural de Macau (1998), onde são apenas referidas na sua generalidade e sem justificação.

A segunda foi feita por João Alves Dias, no artigo *Os Primeiros Caracteres Europeus Impressos na China, 1588*, na obra *Portugal-China: 500 Anos*. Neste artigo, avançou-se a hipótese das diferenças temáticas resultarem do ajuste da obra às circunstâncias específicas do espaço missionário para o qual foi impressa: a missão do Japão na década de 1580. Ponderou-se a supressão, o acrescento e a alteração de textos enquanto meios de aproximação do objecto literário à cultura nipónica.

Todavia, o objecto historiográfico continuou a carecer de um estudo profundo que objectivasse com rigor as particularidades da edição macaense e que as conseguisse

inserir no espaço político-social do Japão ao final do século XVI. Devido a esta necessidade, surgiu a tese de Mestrado em História, na especialidade de História Moderna, com título homónimo desta comunicação. Pretende-se dar a conhecer a obra de Bonifacio e compara-la com a edição de Macaense. Após o levantamento dessas diferenças, procurar-se-á justificá-las através das sensibilidades culturais nipónicas e dos objectivos missionários projectados pela Companhia de Jesus sobre as Terras do Sol Nascente.

NOTA BIOGRÁFICA

Miguel Filipe Saraiva licenciou-se em História (2014) na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e encontra-se neste momento a terminar a sua tese de dissertação em Mestrado de História, na especialidade História Moderna e dos Descobrimentos, na mesma instituição. A sua tese combina metodologias da História do Livro com a História Política e Social, no contexto das relações luso-nipónicas dos séculos XVI e XVII. Pretende explicar o significado histórico do primeiro livro impresso com caracteres ocidentais móveis no Oriente através da política missionária jesuíta, desde a administração do Visitador Alessandro Valignano até à publicação de *Christiani Pueri Institutio* em Macau, no ano 1588.

Em Abril de 2018, participou enquanto orador e membro da comissão executiva no colóquio *"Lembrar-me-ei desta noite nem que viva mil anos": Ritmos, Vivências e Percepções da Noite na Época Moderna*, realizado no âmbito do Grupo de Investigação do CHAM, "Sociedade, Política e Instituições". A sua comunicação conjunta com César Rodrigues intitulou-se *A Noite Flutuante: Os Quartéis de Prazer no Japão Moderno* e incidiu sobre os grupos e hierarquias sociais participantes desta actividade económica.

Os seus últimos trabalhos académicos têm focado a presença europeia no Japão entre 1543-1639, sobretudo sob a perspectiva da História Política, História Social e, ainda, sob a lente da História da Cultura e das Mentalidades. É estudante de língua japonesa há quatro anos, tendo frequentado as aulas particulares da professora Yosoi Toda, o curso de língua japonesa do Instituto de Línguas da Universidade Nova de Lisboa com a professora Hiroko Itami e o nível intermédio da escola JCLI em Tóquio.

Hélio Nuno Soares

CEHR - Universidade Católica Portuguesa

pheliosoares@gmail.com

A CONSOLIDAÇÃO DO CULTO À IMAGEM DO SENHOR SANTO CRISTO DOS MILAGRES ATRAVÉS DA CORRESPONDÊNCIA E RELATOS DE MILAGRES NO SÉC. XVIII

O culto à Imagem do Senhor Santo Cristo é um fator identitário dos açorianos. A história do surgimento da Imagem do Senhor Santo Cristo somente é conhecida através da narrativa do Pe. José Clemente (1720-1798), biógrafo da Madre Teresa da Anunciada (1658-1738). A tradição oral difundiu a ideia de que o Papa, talvez Clemente VII (1523-1534) ou Paulo III (1534-1549), ofereceu uma Imagem-relicário do Ecce Homo a duas clarissas que se deslocaram a Roma pedindo a Bula para a fundação do Mosteiro de Vale de Cabaços, na ilha de S. Miguel. Com a fundação do Mosteiro de N. Sr.a da Esperança de Ponta Delgada, em 1541, as religiosas transportaram consigo a dita Imagem. Somente no séc. XVIII, através da devoção particular e empenho da religiosa Teresa da Anunciada, a Imagem assume um culto público que integrou todos os grupos sociais.

A consolidação do culto à Imagem do Senhor Santo Cristo ocorreu no decurso de setecentos. O arquivo do Mosteiro da Esperança possui documentação diversa sobre o culto, no qual podemos encontrar alguns manuscritos do séc. XVIII. Alguma desta documentação foi produzida pelos fiéis, que fizeram petições ou agradeceram graças recebidas à Imagem. Outros dois documentos descrevem diversos milagres atribuídos à intervenção da Imagem, provavelmente redigidos dentro da comunidade monacal, de modo a preservar a memória dessas extraordinárias ocorrências e, eventualmente, ajudar a alimentar a devoção popular.

A nossa comunicação pretende estudar estes manuscritos como forma de consagração da função taumatúrgica da Imagem do Senhor Santo Cristo, permitindo a divulgação dos seus sinais benéficos em favor dos fiéis, desde o povo simples às elites insulares. Alguns destes manuscritos poderão ter a particularidade de testemunharem o início de uma forma de expressão da fé dos fiéis, que se materializa na redação de cartas à Imagem,

fenómeno que ainda hoje ocorre, bem como, compreender a consolidação do culto a partir de fontes primárias nunca estudadas.

Palavras chave: Clarissas, Mosteiro da Esperança, Santo Cristo, Milagres

NOTA BIOGRÁFICA

O Hélio Soares nasceu na ilha de S. Jorge. Estudou Filosofia e Teologia no Seminário Episcopal de Angra entre 2003 e 2009. Em 2013 concluiu a Licenciatura em História na Universidade dos Açores. É mestre em Património, Museologia e Desenvolvimento pela mesma Universidade desde 2018, com a dissertação O Mosteiro de N. Sr.^a da Esperança de Ponta Delgada: uma proposta de valorização patrimonial em diálogo com a comunidade. É investigador do Centro de Estudo de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa.

No atual ano lectivo é professor assistente para as disciplinas de História Moderna de Portugal e História Moderna da Europa do 1.º ano da licenciatura em História.

As suas investigações tem abordado a história económica, social e etnográfica da ilha do Corvo nos séc. XIX e XX; no área da história religiosa, os seus estudos abordam a história da vida monástica e patrimonial do Mosteiro de N. Sr.^a da Esperança de Ponta Delgada e o culto ao Senhor Santo Cristo dos Milagres.

José Raimundo Noras
PIUDHist-CH-Universidade de Lisboa
jmrnoras@gmail.com

NOVAS ABORDAGENS DE “CARTAS DO TIBETE” DE ANTÓNIO DE ANDRADE (SJ): ENTRE A BIOGRAFIA, A MICRO-HISTÓRIA, A HISTÓRIA GLOBAL E A LITERATURA.

A nossa comunicação pretende estudar estes manuscritos como forma de consagração da função taumatúrgica da Imagem do Senhor Santo Cristo, permitindo a divulgação dos seus sinais benéficos em favor dos fiéis, desde o povo simples às elites insulares. Alguns destes manuscritos poderão ter a particularidade de testemunharem o início de uma forma de expressão da fé dos fiéis, que se materializa na redação de cartas à Imagem, fenómeno que ainda hoje ocorre, bem como, compreender a consolidação do culto a partir de fontes primárias nunca estudadas.

As expedições dos jesuítas na Ásia Central, progressivamente, faziam cair por terra os mitos do “Cataio” ou das “cristadantes perdidas”, que ainda iam insulfando o imaginário europeu nos séculos XVII e XVIII. Depois de atingirem a “China de Confúcio”, os “padres da companhia” chegavam ao Tibete onde realidade do budismo lamaico confrontava a imaginação, fundada em relatos de mercadores.

No século XVII, as “cartas do Tibete” de António de Andrade (1580-1634) tiveram traduções nas principais línguas europeias, no que já foi considerada uma “operação de propaganda” da Companhia de Jesus (Didier, 2000). Porém, qual o interesse teológico e/ou geopolítico na divulgação generalizada dos contactos com o Tibete, pelos padres jesuítas? No fundo, se a primeira missão jesuíta no Tibete ainda sobreviveu alguns anos à morte do seu promotor, nem em Goa e nem em Roma parece ter sido recebida com entusiasmo q. De qualquer, forma a viagem de Andrade e seus companheiros, revelou a possibilidade de atravessar os Himalaias por terra atingindo o Tibete, a sua rota viria a ser recuperada por sucessivas expedições ao planalto tibetano. A recentemente publicação em português da “última carta” de Andrade, traz informações vitais do ponto de vista da leitura jesuíta da geopolítica da Ásia central em meados do século XVII.

Nas descrições de Andrade a necessidade de encontrar vestígios de cristinismos nos ritos lamaicos partitamente ignora uma sociedade em mutação: o Tibete, antes da unificação dos vários reinos sob o poder temporal do V Dailai Lama (Ngawang Lobsang Gyasto, 1617-1682) . Nesta comunicação, pretendemos avaliar de forma esses primeiros relatos jesuítas contribuíram para a construção do “imaginário do Tibete” nas idiossincrasias europeias da modernidade.

Um “estado da arte” sobre António de Andrade e o Tibete demonstra não apenas novas hipóteses biográficas, bem como a possibilidade de cruzamento de todos esses estudos numa perspetiva transnacional associada à problematização de construção identitária do Tibete, modelo que se pode aplicar às visões orientalistas (muito fundadas em relato como os de Andrade) como ao modelo histórico culturalista ou possibilitar outras leituras críticas. No momento final de reflexão, seguimos de perto as propostas de Hans Renders (2011) para a história biográfica, bem como a recente reflexão metodológica de Mark Gamsa (2017) sobre biografia e micro-história global.

Palavra chaves: Tibete, António de Andrade, Orientalismo, Biografia, História global

NOTA BIOGRÁFICA

José Raimundo Noras é licenciado em História (FLUC, 2005) e mestre em História da Arte, Turismo e Património Cultural (FLUC, 2011) e é aluno de doutoramento na Universidade de Lisboa, no programa interuniversitário em História (PIUDHist), sendo, neste momento bolseiro da FCT, com o projeto “A ação política e o pensamento social de José Relvas (1907-1919)”.

As pesquisas independentes que desenvolve sobre António de Andrade e o Tibete foram aprofundadas no seminário “Impérios, colonialismos e pós-colonialismos”, na parte curricular do curso doutoral dando origem ao artigo “O Tibete entre impérios: formação e sobrevivência de uma identidade cultural. Ensaio bibliográfico” (*Ler História*, 69, 2016). Também é autor introdução à nova edição de “Cartas do Tibete” de António de Andrade (Livro de Bordo, 2016), onde se reuniram pela primeira vez as quatro cartas desde padre jesuíta.

É autor de estudo história local entre os quais: *Cenas da Vida de um cine-teatro: o Teatro Rosa Damasceno de Santarém* (Apenas Livros, 2008, Prémio ENEH em “História da Arte”),

bem como *O Colégio Jesuíta de Santarém: espaços, formas e funções* (Apenas Livros, 2013), para além do texto e do projeto da *Fotobiografia de José Relvas (1858-1929)* (Imagens e Letras, 2009).

